

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO PRODESP Nº 90024/2026

Torna-se público que a **CIA. DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO – PRODESP**, conforme especificado neste Edital, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei federal 13.303/2016, pelo Regulamento Interno de Licitações e Contratos da PRODESP e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e nos seus anexos.

PREGÃO ELETRÔNICO PRODESP Nº 90024/2026

(UASG): 533201 - CIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO – PRODESP

Endereço: Rua Agueda Gonçalves, 240 – Jardim Pedro Gonçalves – Taboão da Serra – São Paulo – CEP. 06760-900

Processo nº 359.00001342/2026-25

OBJETO: Solução de interconexão dedicada Multicloud para integração segura entre o Data Center PRODESP e os provedores de nuvem pública.

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 17 / 06 / 2026 – às 09h.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço Global

MODO DE DISPUTA: Aberto

LICITAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO RESTRITA OU DE COTA RESERVADA ÀS ME/EPP/EQUIPARADAS: NÃO

CONSULTA AO EDITAL: O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras) e nos endereços eletrônicos www.prodesp.sp.gov.br – opção “fornecedores – editais de licitação e www.doe.sp.gov.br, opção “e-negociospublicos”.

CRONOGRAMA

29/05/2026 - Publicação do Aviso de Licitação

11/06/2026 - Prazo Limite para envio de
Esclarecimentos e Impugnações

16/06/2026 - Prazo Limite para resposta de
Esclarecimentos e Impugnações

17/06/2026 - Abertura da Sessão Pública

1. OBJETO

- 1.1. Solução de interconexão dedicada Multcloud para integração segura entre o Data Center PRODESP e os provedores de nuvem pública, conforme especificações, diretrizes, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência “**Anexo I**” e de acordo com as condições constantes na Minuta de Contrato – “**Anexo VIII**”, partes integrantes deste edital.
 - 1.1.1. O objeto da presente licitação enquadra-se no regime de execução de empreitada por preços unitários.
- 1.2. Em caso de discordância existente entre as especificações do código do item descrito no portal de compras do Governo Federal e as especificações constantes desde Edital, prevalecerão sempre as do Edital.
- 1.3. O valor estimado da presente contratação é sigiloso, nos termos do artigo 34, da Lei federal nº 13.303/2016, sendo a origem do recurso: Empresa não dependente – Fonte 4 recurso próprio e/ou Fonte 6 – Outras Fontes – Convênio Poupatempo e Convênio Acesso São Paulo.

2. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste pregão os interessados que estejam regularmente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no sistema eletrônico do Portal Nacional de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
- 2.2. As licitantes e seus representantes legais deverão estar previamente cadastrados no Portal de Compras do Governo Federal, antes da data de realização do Pregão, devendo credenciar-se no SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, utilizando Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP Brasil.
- 2.3. As informações sobre o cadastramento e credenciamento nos sistemas deverão ser obtidas no site www.gov.br/compras e nos Manuais disponíveis para consulta e impressão naquele site.
- 2.4. É de responsabilidade da licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
 - 2.4.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.5. Não será admitida a participação, neste certame licitatório, de pessoas físicas ou jurídicas:
 - 2.5.1. Que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública estadual, direta e indireta;
 - 2.5.2. Que tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública federal, estadual ou municipal;
 - 2.5.3. Que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativamente ou judicialmente;
 - 2.5.4. Que estejam reunidas em consórcio ou sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
 - 2.5.5. Que tenham sido proibidas pelo Plenário do CADE de participar de licitações promovidas pela Administração Pública federal, estadual, municipal, direta e indireta, em virtude de prática de infração à ordem econômica, nos termos do artigo 38, inciso II, da Lei federal nº 12.529/2011;

- 2.5.6. Que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do art. 72, § 8º, inciso V, da Lei federal nº 9.605/1998;
- 2.5.7. Que estejam proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei federal nº 8.429/1992, com redação dada pela Lei nº 14.230/2021;
- 2.5.8. Que tenham sido declaradas inidôneas para contratar com a Administração Pública pelo Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, nos termos do artigo 108 da Lei Complementar Estadual nº 709/1993;
- 2.5.9. Que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública estadual, direta e indireta, por desobediência à Lei de Acesso à Informação, nos termos do artigo 33, incisos IV e V, da Lei federal nº 12.527/2011 e do artigo 62, incisos IV e V, do Decreto Estadual nº 68.155/2023;
- 2.5.10. Que estejam proibidas de participar da licitação ou de celebrar a contratação em decorrência do efeito de sanção registrada no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (artigo 22 da Lei federal nº 12.846/2013), ou no Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (artigo 37 do Decreto estadual nº 67.301/2022);
- 2.5.11. Que sejam sociedades cooperativas, tendo em vista a vedação constante do § 1º do artigo 1º do Decreto Estadual nº 55.938, de 21 de junho de 2010, com a redação dada pelo Decreto Estadual nº 57.159, de 21 de julho de 2011;
- 2.5.12. Que incidam em algumas das vedações previstas no artigo 38, da Lei federal nº 13.303/2016.
- 2.6. Em relação à incidência das regras de tratamento favorecido a microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:
 - 2.6.1. A participação nesta licitação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos artigos 42 a 45 da Lei Complementar federal nº 123/2006.
 - 2.6.2. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123/2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas, sob pena de não aceitação dos preços ofertados pelo Pregoeiro.

2.6.2.1. Caso venha a ser contratada, a microempresa ou empresa de pequeno porte na situação descrita no item 2.6.2. deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que celebrada a contratação, nos termos do artigo 30, *caput*, inciso II, e §1º, inciso II, da Lei Complementar federal nº 123/2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

2.6.2.2. Se a contratada não realizar espontaneamente o requerimento de que trata o item 2.6.2.1. caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que a empresa seja excluída de ofício do Simples Nacional, nos termos do artigo 29, inciso I da Lei Complementar federal nº 123/2006.

2.7. Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante em cada pregão eletrônico.

2.8. O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

3. PROPOSTAS

3.1. As propostas deverão ser enviadas por meio eletrônico disponível no Portal de Compras do Governo Federal, endereço www.gov.br/compras, desde a divulgação da íntegra do Edital no referido endereço eletrônico até o dia e horário previstos no preâmbulo para a abertura da sessão pública, devendo a licitante, para formulá-las, assinalar a declaração de que cumpre integralmente os requisitos de habilitação constantes do Edital.

3.2. Os preços unitários e total serão ofertados no formulário eletrônico próprio, em moeda corrente nacional, em algarismos, apurados nos termos do item 3.3, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados ao fornecimento do objeto, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação, inclusive gastos com transporte.

3.2.1. As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no Edital e seus anexos.

- 3.2.2. A licitante deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, tais como aumentos de custos de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.
- 3.3. A proposta de preço deverá ser orçada em valores vigentes na data-limite da apresentação da proposta, que será considerada a data de referência de preços.
- 3.4. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias contados a partir da data de sua apresentação.

4. HABILITAÇÃO

- 4.1. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão, quando possível, ser substituídos por registro no Sistema de Registro Cadastral Unificado de Fornecedores (SICAF).
- 4.2. O julgamento da habilitação se processará mediante o exame dos documentos a seguir relacionados:

4.2.1. Habilitação jurídica

- a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária;
- c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias;
- d) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

4.2.2. Regularidade fiscal e trabalhista

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo à sede ou domicílio da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- c) Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF - FGTS);
- d) Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas (CNDT);
- e) Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- f) Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio da licitante que comprove a regularidade de débitos tributários relativos ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN;
- g) Certidão emitida pela Fazenda Estadual da sede ou domicílio da licitante que comprove a regularidade de débitos tributários relativos ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.

4.2.3. Qualificação econômico-financeira

- a) Certidão negativa de falência, recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou do domicílio do empresário individual;
 - a.1) Se a licitante for sociedade não empresária, a certidão mencionada na alínea “a” deverá ser substituída por certidão cujo conteúdo demonstre a ausência de insolvência civil, expedida pelo distribuidor competente.
 - a.2) Caso a licitante esteja em recuperação judicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial.
- b) Demonstrações financeiras completas do último exercício social, exigíveis e apresentados na forma da Lei e normas contábeis vigentes, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios.
 - b.1) No caso de empresa constituída há menos de ano, admite-se a apresentação de demonstrações financeiras completas referentes ao período de existência da sociedade;

- b.2) As sociedades por ações deverão apresentar as demonstrações financeiras publicadas, de acordo com a legislação pertinente.
- b.3) Entidades qualificadas como de grande porte, nos termos da Lei nº 11.648/2007, deverão evidenciar que as demonstrações financeiras apresentadas foram apreciadas por auditores independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários – CVM. A evidência poderá consistir em declaração emitida e assinada pelo auditor responsável pela análise das demonstrações financeiras ou, preferencialmente, no relatório do auditor independente, o qual poderá estar anexado às respectivas demonstrações financeiras.
- b.4) Na hipótese de enquadramento no item b.3), a PRODESP poderá consultar o cadastro do auditor independente junto à CVM, o qual deverá estar devidamente ativo durante a execução dos trabalhos de auditoria das respectivas demonstrações financeiras, considerando-se como marco temporal final a data de conclusão dos trabalhos de auditoria ou a data de emissão do relatório do auditor independente, conforme aplicável.
- b.5) Admite-se a apresentação de Balanço Patrimonial e Demonstrações do Resultado do Exercício extraídas da Escrituração Contábil Digital (ECD) em conjunto com os Termos de Abertura e Encerramento da Escrituração e recibo de transmissão. Nessa hipótese, à critério da PRODESP, poderão ser exigidas as demonstrações financeiras completas.
- c) A capacidade econômica e financeira da licitante será atestada pelo atendimento a seguir:
- c.1) A licitante deverá apresentar, por meio de declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, os seguintes índices econômicos: i) LC = Liquidez Corrente; ii) LG = Liquidez Geral; e iii) SG – Solvência Geral, iguais ou superiores a 1 (um), sendo:

$$\text{Liquidez Geral} = \frac{(\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo})}{(\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo})}$$

$$\text{Liquidez Corrente} = \frac{(\text{Ativo Circulante})}{(\text{Passivo Circulante})}$$

$$\text{Solvência Geral} = \frac{(\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo})}{(\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante})}$$

- c.2) Na hipótese de a licitante não atingir qualquer dos três índices econômicos previstos acima, a licitante deverá comprovar capital social ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor da proposta ofertada pela licitante, tratando-se de contratação de serviços de caráter continuado, o percentual deverá ser calculado sobre o valor estimado correspondente ao período de 12 (doze) meses.

4.2.4. Declarações e outras comprovações

- 4.2.4.1. Declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do “**Anexo III**”, atestando que:
- a) se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho e Previdência no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal, na forma do Decreto Estadual nº 42.911/1998;
 - b) não se enquadra em nenhuma das vedações de participação na licitação do item 2.5. deste Edital;
 - c) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição Federal.
- 4.2.4.2. Declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do “**Anexo IV**”, afirmando que sua proposta foi elaborada de maneira independente e que conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/2013 e ao Decreto Estadual nº 67.301/2022.
- 4.2.4.3. Em se tratando de microempresa ou de empresa de pequeno porte, declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do “**Anexo V**”, declarando seu enquadramento nos critérios previstos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, bem como sua não inclusão nas vedações previstas no mesmo diploma legal.
- 4.2.4.4. **Comprovação da condição de ME/EPP.** Sem prejuízo da declaração exigida no item 4.2.4.3 e admitida a indicação, pela licitante, de outros meios e documentos aceitos pelo ordenamento jurídico vigente, a condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte será comprovada da seguinte forma:

- 4.2.4.4.1. Se sociedade empresária, pela apresentação de certidão expedida pela Junta Comercial competente;
- 4.2.4.4.2. Se sociedade simples, pela apresentação da “Certidão de Breve Relato de Registro de Enquadramento de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte”, expedida pelo Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;
- 4.2.4.5. Para o caso de empresas em recuperação judicial: Declaração subscrita por representante legal da licitante, elaborada em papel timbrado, conforme modelo “**Anexo VI**”, atestando que está ciente de que no momento da assinatura do Contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que a licitante está cumprindo o plano de recuperação judicial.
- 4.2.4.6. Declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo “**Anexo VII**”, atestando a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração, estando absolutamente regular no ponto de vista jurídico, financeiro, fiscal e trabalhista, inclusive perante o INSS/FGTS e em virtude da Lei federal nº 9605/98 e Decreto estadual nº 66.819/2022.

4.2.5. Qualificação técnica

- 4.2.5.1. A licitante deverá apresentar atestado(s) de bom desempenho anterior em contrato(s) da mesma natureza e porte, de complexidade tecnológica e operacional igual ou superior, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que especifique(m) em seu objeto os serviços realizados, com indicações das quantidades, prazo contratual, datas de início e término, e local da prestação dos serviços.
 - 4.2.5.1.1. Entende-se por mesma natureza e porte, atestado(s) que demonstre(m) que a licitante tenha executado com sucesso ao menos 01 (uma) instalação do serviço de hospedagem e equipamentos de comunicação em 02 (dois) sites redundantes e 01 (uma) instalação/habilitação de conexão com Clouds utilizando circuitos virtuais.
 - 4.2.5.1.2. A comprovação a que se refere o item 4.2.5.1.1. poderá ser efetuada pelo somatório de tantos contratos quanto dispuser a licitante.
 - 4.2.5.1.3. O(s) atestado(s) deverá(ão) conter a identificação da pessoa jurídica emitente.

4.3. Disposições gerais sobre os documentos de habilitação

- 4.3.1. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas nos 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.
- 4.3.2. O Pregoeiro, a seu critério, poderá diligenciar para esclarecer dúvidas ou confirmar o teor das declarações solicitadas no item 4.2.4 deste Edital e das comprovações de qualificação econômico-financeira e de qualificação técnica (caso exigidas nos itens 4.2.3 e 4.2.5), aplicando-se, em caso de falsidade, as sanções penais e administrativas pertinentes.
- 4.3.2.1. As declarações referidas no item 4.2.4. deverão ser assinadas com a utilização de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP Brasil.
- 4.3.3. Se a licitante for a matriz, os documentos exigidos no item 4.2.2 deverão estar em nome da matriz, e, se for filial, os documentos exigidos no item 4.2.2 deverão estar em nome da filial que, na condição de licitante, executará o objeto da contratação, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 4.3.4. A licitante que se considerar isenta ou imune de tributos relacionados ao objeto da licitação, cuja regularidade fiscal seja exigida no presente Edital, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela correspondente Fazenda do domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

5. SESSÃO PÚBLICA E JULGAMENTO

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. As licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.3. Aberta a sessão pública, fica facultado ao pregoeiro desclassificar as propostas que não sejam compatíveis com as especificações definidas para o objeto ou que não cumpram os requisitos formais estabelecidos neste Edital.
- 5.3.1. A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.
- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

- 5.5. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e incidirá sobre o preço global.
- 5.6. A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.7. O pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.
- 5.8. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances.
 - 5.8.1. O pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
 - 5.8.2. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.9. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
 - 5.9.1. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o item 5.9., será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
 - 5.9.2. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens 5.9. e 5.9.1., a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.10. Encerrada a etapa de lances da sessão pública sem a prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá admitir o reinício da etapa de lances, em prol da consecução do melhor preço.
 - 5.10.1. Após o reinício previsto no item 5.10., as licitantes serão convocadas para apresentar lances intermediários.

- 5.11. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar federal nº 123/2006.
- 5.11.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.11.2. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.11.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item anterior.
- 5.11.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 5.12. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro deverá negociar com o autor da oferta de menor valor mediante troca de mensagens abertas no sistema, com vistas à redução do preço.
- 5.12.1. A negociação poderá ser feita com as demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando a primeira colocada, mesmo após a negociação, for desclassificada em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 5.12.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.
- 5.12.3. O resultado da negociação será divulgado a todas as licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

- 5.13. As demais licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta da licitante mais bem classificada. A apresentação de novas propostas não prejudica o resultado da licitação em relação ao licitante mais bem classificado.
- 5.14. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta detalhada e adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, elaborada de acordo com a Planilha de Proposta – **“Anexo II”** deste Edital.
- 5.14.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pela licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da Planilha de Proposta – **“Anexo II”**.
- 5.15. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. JULGAMENTO

- 6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no item 2.5 deste Edital, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a) SICAF;
 - b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
 - c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
 - d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
 - e) Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);
 - f) Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>); e
 - g) Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

- 6.2. A consulta ao cadastro especificado na alínea “d” do item 6.1 será realizada em nome da pessoa jurídica licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei federal nº 8.429/1992.
- 6.3. Caso conste na Consulta de Situação da licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
 - 6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
 - 6.3.2. A licitante será convocada para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
 - 6.3.3. Constatada a existência de sanção, a licitante será reputada inabilitada, por falta de condição de participação.
- 6.4. A análise das propostas pelo pregoeiro se limitará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e à legislação vigente.
 - 6.4.1. Serão desclassificadas as propostas:
 - a) Contiver vícios insanáveis;
 - b) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados neste Edital;
 - c) que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes;
 - d) apresentadas por licitante impedida de participar, nos termos do item 2.5 deste Edital;
 - e) que apresentem preços unitários ou total simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos ou salários de mercado;
 - f) formuladas por licitantes participantes de cartel, conluio ou qualquer acordo colusivo voltado a fraudar ou frustrar o caráter competitivo do certame licitatório.
- 6.5. A aceitabilidade dos preços será aferida com base nos valores de mercado vigentes na data de referência de preços, apurados mediante pesquisa realizada pela PRODESP que será juntada aos autos por ocasião do julgamento. A verificação da exequibilidade do preço ofertado poderá observar, no que couber, os seguintes critérios:

- 6.5.1. Compatibilidade dos preços ofertados com os valores dos insumos praticados no mercado, coerentes com a execução do objeto da licitação, acrescidos dos respectivos tributos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, benefícios e despesas indiretas, bem como com as determinações do Termo de Referência – “**Anexo I**”.
- 6.5.2. Será considerado manifestamente inexecutável o preço que não venha a ter demonstrada sua viabilidade para a perfeita execução do contrato, com a comprovação de que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e com as determinações do Termo de Referência – “**Anexo I**”.
- 6.5.3. Verificada a hipótese de preço inexecutável, será concedido o direito de contraditório à licitante, para comprovar a regularidade de sua proposta, sob pena de desclassificação.
- 6.5.4. A PRODESP poderá solicitar à licitante a apresentação de justificativa detalhada da forma utilizada para cálculo dos custos, a fim de comprovar sua exequibilidade, ficando a aceitação condicionada à análise do Pregoeiro, sobre a qual decidirá motivadamente.
- 6.5.5. Uma vez aceita a justificativa do cálculo pela PRODESP, a licitante assume inteira responsabilidade pelos itens de composição do preço e seus valores, para todos os efeitos, não podendo alegar provisão deficitária ou omissão com vistas à repactuação ou reequilíbrio econômico-financeiro, caso seja contratada.
- 6.5.6. O Pregoeiro poderá a qualquer momento solicitar às licitantes a composição de preços unitários de serviços e/ou de materiais/equipamentos, bem como os demais esclarecimentos que julgar necessários.
- 6.6. A desclassificação se dará por decisão motivada do Pregoeiro, observado o disposto no artigo 42 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da PRODESP.
- 6.7. Verificadas as condições de participação e de utilização de tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.
 - 6.7.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
 - 6.7.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 6.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação da licitante.

7. HABILITAÇÃO

- 7.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados nos itens 4.2.1., 4.2.2., 4.2.3., 4.2.4. e 4.2.5. deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade da licitante de realizar o objeto da licitação.
 - 7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 7.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação que não estejam contemplados no SICAF ou que estejam vencidos, deverão ser enviados na forma eletrônica por meio do sítio www.gov.br/compras.
- 7.3. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 7.4. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 7.5. Durante a entrega dos documentos para habilitação, a licitante poderá enviar documentos para suprir eventuais omissões ou sanear falhas relativas ao cumprimento dos requisitos e condições de habilitação estabelecidos neste Edital mediante a apresentação de documentos, preferencialmente no campo próprio do Sistema Compras.gov, ou por correio eletrônico a ser fornecido pelo Pregoeiro no chat do sistema, desde que os envie no curso da própria sessão pública e antes de ser proferida a decisão sobre a habilitação.
 - 7.5.1. Concluída a etapa referida no item 7.5. não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para:
 - 7.5.1.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelas licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
 - 7.5.1.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 7.6. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 7.7. Na hipótese de a licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital.

7.8. A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista de microempresas ou empresas de pequeno porte será exigida apenas para efeito de celebração da contratação. Não obstante, a apresentação de todas as certidões e documentos exigidos para a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista será obrigatória na fase de habilitação, ainda que apresentem alguma restrição ou impedimento.

7.8.1. A prerrogativa tratada no item 7.8. abrange apenas a regularidade fiscal e trabalhista da licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte, não abrangendo os demais requisitos de habilitação exigidos neste Edital, os quais deverão ser comprovados durante o certame licitatório e na forma prescrita neste Edital.

8. RECURSO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

8.1. Divulgado o vencedor, o pregoeiro informará às licitantes por meio de mensagem lançada no sistema que poderão interpor recurso, imediata e motivadamente, por meio eletrônico, utilizando exclusivamente o campo próprio disponibilizado no sistema.

8.1.1. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

8.2. Havendo interposição de recurso o Pregoeiro informará aos recorrentes que poderão apresentar memoriais contendo as razões recursais no prazo de 03 (três) dias úteis após o encerramento da sessão pública, sob pena de preclusão. As demais licitantes poderão apresentar contrarrazões ao(s) recurso(s) interposto(s) no prazo comum de 03 (três) dias úteis contados a partir do término do prazo para apresentação, pelo(s) recorrente(s), dos memoriais recursais, sendo-lhes assegurada vista aos autos do processo na PRODESP, mediante prévia solicitação pelo endereço eletrônico cplprodesp@sp.gov.br.

8.3. Os memoriais de recurso e as contrarrazões serão oferecidos por meio eletrônico no sítio (www.gov.br/compras), no campo próprio disponibilizado no sistema. A apresentação de documentos relativos às peças antes indicadas, se houver, será efetuada mediante protocolo na PRODESP ou envio para o email pregaoeletronicoprodesp@sp.gov.br, dentro dos prazos estabelecidos no item 8.2.

8.4. A falta de interposição do recurso na forma prevista no item 8.1.1. importará na decadência do direito de recorrer.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão ou encaminhar o recurso para a autoridade superior proferir sua decisão.

8.6. O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.7. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

8.8. A adjudicação será feita considerando a totalidade do objeto.

9. PRAZOS, LOCAIS E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1. O objeto desta licitação deverá ser executado em conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência, que constitui o **“Anexo I”** deste Edital, correndo por conta da contratada as despesas necessárias à sua execução, em especial as relativas a seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto do contrato.

10. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

10.1. As condições de recebimento do objeto são aquelas definidas pelo termo de contrato, cuja minuta constitui o **“Anexo VIII”** deste Edital.

11. PAGAMENTOS

11.1. Os pagamentos serão efetuados em conformidade com o termo de contrato, cuja minuta constitui o **“Anexo VIII”** deste Edital.

12. CONTRATAÇÃO

12.1. A contratação decorrente deste certame licitatório será formalizada mediante a assinatura de termo de contrato, cuja minuta integra este Edital como **“Anexo VIII”**.

12.1.1. Se, por ocasião da celebração do contrato, algum dos documentos apresentados pela adjudicatária para fins de comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista estiver com o prazo de validade expirado, a PRODESP verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando ao expediente os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

12.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos no item 12.1.1 por meio eletrônico hábil de informações, a adjudicatária será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

12.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome da adjudicatária no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se a devedora comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do artigo 8º, §§ 1º e 2º, da Lei Estadual nº 12.799/2008.

12.1.4. Com a finalidade de verificar o eventual descumprimento pela licitante das condições de participação previstas no item 2.5 deste Edital serão consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros referidos no item 6.1.

12.1.5. Constituem, igualmente, condições para a celebração do contrato:

12.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que a adjudicatária, à época do certame licitatório, houver se comprometido a exibir antes da celebração do contrato por meio de declaração específica, caso exigida neste Edital.

12.2. A adjudicatária será convocada pela PRODESP para assinatura do termo de contrato no prazo de 5 (cinco) dias corridos, contados da data da convocação. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável. O prazo para assinatura poderá ser prorrogado por igual período por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

12.3. As demais licitantes classificadas serão convocadas para participar de nova sessão pública do pregão, com vistas à celebração do contrato, quando a adjudicatária:

12.3.1. Deixar de comprovar sua regularidade fiscal e trabalhista, nos moldes do item 7.8, ou na hipótese de invalidação do ato de habilitação com base no disposto no item 7.5;

12.3.2. For convocada dentro do prazo de validade de sua proposta e não apresentar a situação regular de que tratam os itens 12.1.1 a 12.1.5 deste Edital.

12.3.3. Recusar-se a assinar o contrato ou não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidos;

12.3.4. For impedida de participar desta licitação, nos termos do item 2.5. deste Edital;

12.4. A nova sessão de que trata o item 12.3 será realizada em prazo não inferior a 03 (três) dias úteis contados da publicação do aviso no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

12.4.1. O aviso será também divulgado nos endereços eletrônicos www.prodesp.sp.gov.br e www.doe.sp.gov.br, opção “NEGÓCIOS PÚBLICOS”.

13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 13.1. Estará sujeito às penalizações previstas no artigo 156, da lei federal nº 14.133/2021, quem convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, sendo assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 13.2. As sanções referidas no item 13.1 poderão ser aplicadas juntamente com as multas previstas no **“Anexo VIII”** deste Edital, observados os princípios do devido processo legal, contraditório, ampla defesa, razoabilidade, proporcionalidade, segurança jurídica, interesse público, eficiência, bem como o dever de motivação das decisões proferidas, nos termos do artigo 85 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos e deverão ser registradas no “Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções”, no endereço www.esancoes.sp.gov.br e também no “Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS”, no endereço www.portaltransparencia.gov.br/ceis;
- 13.3. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra;
- 13.4. O contratante poderá descontar das faturas os valores correspondentes às multas que eventualmente lhe forem aplicadas por descumprimento das obrigações estabelecidas neste Edital, seus anexos ou no termo de contrato, quando houver;
- 13.5. A prática de atos que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública, ou que de qualquer forma venham a constituir fraude ou corrupção, durante a licitação ou ao longo da execução do contrato, será objeto de instauração de processo administrativo de responsabilização nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013 e do Decreto Estadual nº 67.301/2022, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas.

14. GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

- 14.1. As condições de prestação de garantia de execução contratual são aquelas definidas pelo termo de contrato, cuja minuta constitui o **“Anexo VIII”** deste Edital.

15. IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

- 15.1. Qualquer cidadão é parte legítima para pedir esclarecimentos ou impugnar o edital, no prazo de 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para a abertura de certame. Os pedidos de esclarecimentos ou impugnação deverão ser realizados por forma eletrônica no endereço eletrônico cplprodesp@sp.gov.br, até às 23h59min da data limite estabelecida no CRONOGRAMA constante na página 2 deste edital.

- 15.2. O pregoeiro deverá apresentar os esclarecimentos e encaminhar à autoridade competente para responder a impugnação, motivadamente, até o dia útil anterior a data fixada para a abertura da sessão pública.
- 15.3. Serão desconsiderados os pedidos de esclarecimentos e impugnações apresentados além do prazo estabelecido no item 15.1.
- 15.4. As respostas aos pedidos de esclarecimento e impugnação, bem como demais informações relevantes, serão divulgadas mediante publicações no Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras) e na página da PRODESP na Internet, no endereço www.prodesp.sp.gov.br.

16. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 16.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
- 16.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
 - 16.2.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pela licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.
 - 16.2.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
 - 16.2.3. À licitante caberá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, respondendo pelos ônus decorrentes de sua desconexão ou da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema.
- 16.3. Os prazos indicados neste Edital em dias corridos, quando vencidos em dia não útil, prorrogam-se para o dia útil subsequente.

17. ANEXOS

- 17.1. Integram o presente Edital:

- Anexo I - Termo de Referência REL.CLBP.005/2026 V.1.1;
- Anexo II - Modelo de planilha de proposta;
- Anexo III - Modelo de Declaração de Comprovação de Regularidade Perante o Ministério do Trabalho;
- Anexo IV - Modelo de Declaração – Marco Legal Anticorrupção;
- Anexo V - Modelo de Declaração de Enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
- Anexo VI - Modelo de Declaração (empresas em recuperação judicial);
- Anexo VII - Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo;
- Anexo VIII - Minuta de Contrato;
- Anexo IX - REGULAMENTO INTERNO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA PRODESP

Taboão da Serra, 28 de Maio de 2026

Renato Cardoso Gomes Cintra de Souza
Matrícula nº 16031.5
Coordenadoria de Licitações Fase Interna

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA REL.CLBP.005/2026 V.1.1



Governo do Estado de São Paulo
Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo
Coordenadoria Prodesp LAB

TERMO DE REFERÊNCIA

Nº do Processo: 359.00001342/2026-25

Interessado: Coordenadoria de Suporte de Redes, Gerência de Infraestrutura e Conectividade, Superintendência de Soluções Data Center e Multicloud

Assunto: Contratação de Serviço de Interconexão com Nuvens Públicas

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

(REL.CLBP.005/2026 V.1.1)

CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÃO DE INTERCONEXÃO DEDICADA MULTICLOUD PARA INTEGRAÇÃO SEGURA ENTRE O DATA CENTER PRODESP E PROVEDORES DE NUVEM PÚBLICA

PREÂMBULO

CONTEÚDO DO ANEXO I

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA: fornece as especificações técnicas mínimas necessárias as quais os serviços ofertados pela proponente devem obrigatoriamente atender dentro do orçamento previsto.

ANEXO I-A – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE, SIGILO E USO: fornece modelo do termo de confidencialidade, no qual a Contratada deverá apresentar após assinatura do contrato.

1. OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência ("Termo de Referência" ou "TR") busca instruir a contratação de prestação de serviços de conectividade com as nuvens públicas (Public Cloud's) para o Data Center PRODESP.

1.2. No âmbito da prestação dos serviços, a CONTRATADA será responsável por

viabilizar a conexão direta com no mínimo as nuvens públicas do item 7.9 deste documento, provendo todos os recursos necessários para a execução deste objeto, como conexão de portas, circuitos lógicos/jumpers, contratação de espaços em racks, roteadores, transceptores e outros acessórios, bem como a interligação física e lógica com os links de comunicação fornecidos previamente pela PRODESP

2. SITUAÇÃO ATUAL

2.1. Atualmente encontra-se vigente o Contrato nº PRO.00.7785, firmado entre a PRODESP e a empresa Equinix do Brasil Soluções de Tecnologia em Informática Ltda., com vigência até 25/07/2026 e sem possibilidade de renovação por força legal. O contrato é responsável pela conectividade entre o Data Center PRODESP e provedores de nuvem pública, sendo essencial para integração segura e de alta performance entre ambientes on-premise e nuvens externas.

3. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

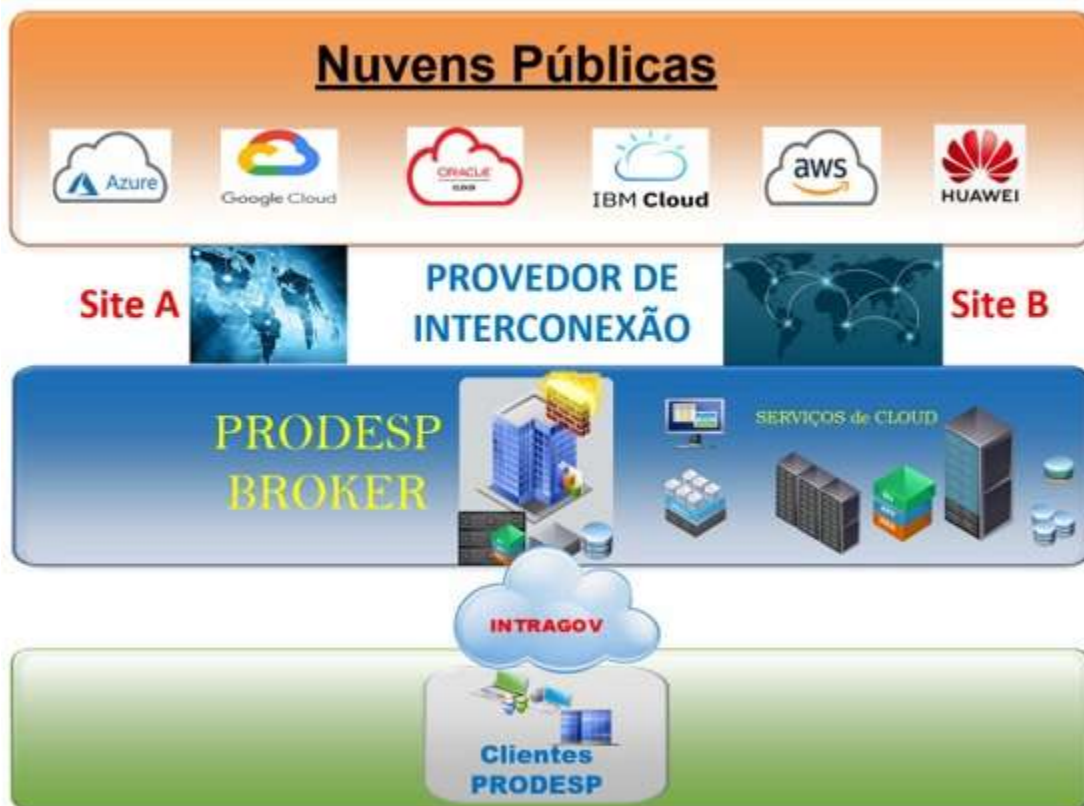
3.1. O contrato terá vigência de 60 (sessenta) meses contado da data de sua assinatura

4. MODALIDADE

4.1. Pregão Eletrônico.

5. TOPOLOGIA E ARQUITETURA

5.1. A contratada deverá disponibilizar no mínimo dois Data Centers (Site A e Site B) próprios ou subcontratados com pontos de interconexão diretos (on-ramps) para provedores de nuvem. Esses pontos devem estar localizados na mesma região metropolitana do Data Center ofertado para o projeto.



5.2. A comprovação da existência dos on-ramps deverá ser apresentada mediante documentação oficial dos provedores ou fontes reconhecidas de mercado, tais como o Cloud Infrastructure Map, da TeleGeography, ou ainda por documentações oficiais fornecidas pelos próprios provedores de nuvem.

6. MODELO OPERACIONAL

6.1. A PRODESP atuará como broker de serviços cloud, podendo alocar a solução contratada no provedor que apresentar melhor relação custo-benefício, conforme tipificação, disponibilidade e demanda.

7. RECURSOS TÉCNICOS EXIGIDOS

7.1. A contratada deverá disponibilizar **no mínimo dois (2) data centers próprios e/ou subcontratados** que hospedem nós de computação dos provedores de nuvem e ofereçam **pontos de interconexão diretos (on-ramps locais)**. Ou seja, deverão existir pontos de conexão direta, instalados no próprio data center da contratada ou de sua subcontratada, para os principais provedores de nuvem pública do mercado, incluindo: **Azure, AWS, OCI, GCP, IBM Cloud, Huawei Cloud**, entre outros

7.2. Para garantir conexões privadas, estáveis e de baixa latência, esses **on-ramps devem estar localizados na mesma região metropolitana do data center em São Paulo** que será ofertado para o projeto.

7.3. A solução deverá contemplar infraestrutura completa de hospedagem, interconexão e transporte de dados em ambiente de Data Center de interconexão (PoP), incluindo espaço físico em rack para instalação dos equipamentos da PRODESP e da CONTRATADA, energia, climatização, segurança física e conectividade.

7.4. **Golden Jumper/Conexão Dedicada:** Deve ser contemplada a conexão física dedicada (Golden Jumper) de alta velocidade, que liga os ativos de rede da PRODESP (no rack alocado) ao rack de comunicação da operadora no PoP, garantindo a capacidade

7.5. A CONTRATADA deverá ceder os equipamentos necessários para a prestação dos serviços, sem custo adicional para a PRODESP, conforme o subitem 8, prevendo inclusive, a desinstalação dos mesmos sem custo adicional após o encerramento do contrato.

7.6. A hospedagem deverá permitir instalação de equipamentos ativos de rede da PRODESP destinados à comunicação com o Data Center principal, bem como switches e equipamentos do provedor de interconexão, garantindo compatibilidade elétrica, mecânica e lógica.

7.7. Deverá ser fornecida conexão física dedicada de alta capacidade (Golden Jumper ou equivalente) entre os equipamentos da PRODESP e a infraestrutura da contratada, garantindo comunicação de baixa latência, alta disponibilidade e capacidade de enlaces físicos de 10, 40 e 100 Gbps Ethernet.

7.8. Os equipamentos da contratada deverão permitir monitoramento pela PRODESP por meio de protocolo SNMP v2 ou superior, incluindo métricas de portas, tráfego, VLANs e estado operacional.

7.9. A solução deverá prover conexões privadas dedicadas aos principais provedores de nuvem pública utilizados pelo mercado e pelo Governo do Estado, incluindo no mínimo, mas não se limitando a: Microsoft Azure (Microsoft), Amazon Web Services - AWS (Amazon), Google Cloud Platform - GCP (Google), Oracle Cloud Infrastructure - OCI (Oracle), IBM Cloud (IBM) e Huawei Cloud (Huawei).

7.10. Essas conexões deverão ser realizadas por meio de circuitos dedicados e privados (Cloud Connect), sem tráfego pela internet pública, garantindo isolamento, previsibilidade de latência e desempenho.

7.11. A arquitetura deverá permitir ativação sob demanda de circuitos virtuais independentes para cada provedor de nuvem, com possibilidade de expansão de capacidade sem interrupção de serviço.

7.12. A CONTRATADA deve entregar a velocidade requerida considerando todo e qualquer overhead da solução de transporte ou de acesso, de forma a garantir a banda de

comunicação total sem perdas.

- 7.13. A banda de comunicação deverá ser simétrica (taxa de download igual à taxa de upload).
- 7.14. Deverá ser disponibilizado suporte técnico especializado com pacote mensal mínimo de 10 horas para configuração, ajustes e manutenção do ambiente.
- 7.15. Hospedagem de equipamentos em rack em PoP ou Data Center de interconexão.
- 7.16. Conexão física dedicada (Golden Jumper) entre ativos PRODESP e infraestrutura da operadora.
- 7.17. Capacidade de links físicos de 10, 40 e 100 Gbps Ethernet.
- 7.18. Monitoramento via SNMP v2 ou superior dos equipamentos pela PRODESP através de ferramenta própria (Cacti, Zabbix ou similar), incluindo métricas de portas, tráfego, VLANs e estado operacional.
- 7.19. Conexões dedicadas às nuvens públicas.
- 7.20. Circuitos virtuais sob demanda.
- 7.21. Suporte técnico especializado de 10 horas mensais sob demanda.
- 7.22. CONECTIVIDADE COM NUVENS PÚBLICAS
 - 7.22.1. A solução deverá suportar interconexão com no mínimo as seguintes nuvens pública utilizadas em ambientes corporativos e governamentais, incluindo provedores globais líderes de mercado e seus respectivos serviços de interconexão dedicada
 - 7.22.1.1. Azure ExpressRoute – Microsoft
 - 7.22.1.2. AWS Direct Connect – Amazon
 - 7.22.1.3. Google Cloud Interconnect – Google
 - 7.22.1.4. Oracle FastConnect – Oracle
 - 7.22.1.5. IBM Cloud Direct Link – IBM
 - 7.22.1.6. Huawei Cloud Connect – Huawei
 - 7.22.2. A solução deverá permitir ativação, desativação e ajuste de banda sob demanda, com velocidades lógicas compatíveis com as ofertas dos provedores e arquitetura escalável.
 - 7.22.3. Velocidades lógicas mínimas suportadas: 1 Gbps, 2 Gbps, 5 Gbps e 10 Gbps, 25 Gbps, 50 Gbps, podendo ser expandidas conforme necessidade.
 - 7.22.4. Disponibilidade mínima mensal: 99,9% para todas as conexões contratadas.
- 7.23. A CONTRATADA deverá garantir o isolamento do tráfego de dados, que deverá ser totalmente segregado do tráfego de dados de demais clientes da CONTRATADA.
- 7.24. Todas as atividades que possam impactar na disponibilização parcial ou total dos serviços prestados, deverão ser realizados em horários pré-estabelecidos pela PRODESP, incluindo o período noturno e finais de semana.
- 7.25. Deverão ser realizados testes de verificação de qualidade de transmissão, testes de conectividade e de desempenho da solução, pela CONTRATADA, sempre que houver solicitação da PRODESP e sem custos adicionais.
- 7.26. Serviço de instalação
 - 7.26.1. A CONTRATADA pode cobrar uma taxa de instalação para os equipamentos de comunicação hospedados, paga uma única vez. O pagamento ocorrerá após a comprovação de que o serviço está ativo e de acordo com o especificado neste documento.
- 7.27. Dashboard

7.27.1. A CONTRATADA, deverá fornecer uma plataforma online tipo “Dashboard”, para que a CONTRATANTE acompanhe em tempo real o status dos serviços fornecidos

8. TABELA DE SERVIÇOS

8.1. Cobrança composta por valor mensal recorrente para infraestrutura e serviços ativos, acrescido de custo único de instalação inicial quando aplicável. Serviços sob demanda serão faturados mediante ordem de serviço conforme tabela abaixo:

Descrição - SITE A e SITE B	Qtde	Velocidade da Conexão	Valor Unitário	Custo Mensal	Instalação (uma única vez)	Custo Total 5 anos (60 Meses x Custo Mensal + Instalação)
Serviço de hospedagem e instalação de equipamentos de comunicação (no Rack)	1 = Site A e 1 = Site B	10 Gbps	NA			
Serviço de hospedagem e instalação de equipamentos de comunicação (no Rack)	1 = Site A e 1 = Site B	40 Gbps	NA			
Serviço de hospedagem e instalação de equipamentos de comunicação (no Rack)	1 = Site A e 1 = Site B	100 Gbps	NA			
Conexão com as Clouds utilizando Circuitos Virtuais	20	1 Gbps			NA	
	10	2 Gbps			NA	
	10	5 Gbps			NA	
	10	10 Gbps			NA	
	10	25 Gbps			NA	
	10	50 Gbps			NA	
HORAS DE SUPORTE SOB DEMANDA Mensal e renovada todo mês	10 horas	NA			NA	

TOTAL GERAL	
--------------------	--

NA - Não se aplica

9. ENTREGA DO OBJETO

9.1. O “Serviço de hospedagem e instalação de equipamentos de comunicação (Rack)” deverá ser entregue em até 60 (sessenta) dias corridos após a assinatura do contrato

9.2. Os serviços de “Conexão com as Cloud’s utilizando Circuitos Virtuais” deverão ser entregues em até 2 (dois) dias corridos quando os circuitos físicos com as nuvens já estiverem estabelecidos e banda disponível, a contar da data de abertura da Ordem de Serviço, conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

9.3. Os serviços serão previamente homologados pelo(a) responsável de acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

9.4. O recebimento provisório ou definitivo do serviço não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

10. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

10.1. Fornecer acesso em regime integral 24 (vinte e quatro) horas por dia, todos os dias do mês à plataforma de “Dashboard” fornecida para acompanhamento dos serviços prestados;

10.2. Prestar os serviços com observância em integral das condições deste termo de referência;

10.3. Disponibilizar os serviços em regime integral, 24 (vinte e quatro) horas por dia, todos os dias do mês;

10.4. Comunicar, de imediato, à PRODESP qualquer alteração realizada em seu Contrato Social, que importe em modificação de representação, denominação social, endereço, liquidação, encerramento ou transformação de suas atividades durante a execução dos serviços;

10.5. Prestar todas as informações técnicas, refazendo os serviços quando em desacordo com as diretrizes traçadas pela PRODESP, providenciando a imediata correção solicitada e atendendo quaisquer reclamações baseados nos itens deste Termo de Referência.

11. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA PRODESP

11.1. Fornecer os links de comunicação entre o Data Center Prodesp e o Data Center da CONTRATADA;

11.2. Realizar a contratação de serviços junto a cada um dos principais provedores de nuvem para que a conexão seja estabelecida pela CONTRATADA;

11.3. Acompanhar os serviços prestados através de plataforma “Dashboard” fornecida pela CONTRATADA;

11.4. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, proporcionando todas as facilidades necessárias para que a mesma possa cumprir as condições estabelecidas neste TR;

11.5. Fornecer a relação de pessoas autorizadas a realizar a abertura de chamados na CONTRATADA;

12. COMUNICAÇÕES E REGISTROS DE OCORRÊNCIAS

12.1. A CONTRATADA disponibilizará para a PRODESP canal de comunicação, em

língua portuguesa, para registro da abertura de chamados técnicos, suporte on-line e controle de atendimento. Esta Central de Atendimento deverá estar disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana, em todos os dias do ano.

12.2. A CONTRATADA ao ser acionada pela PRODESP, para execução de serviços, deverá fornecer o número de registro referente ao chamado.

12.3. CONTRATADA disponibilizará, no mínimo, os seguintes meios para acionamento dos serviços de suporte e assistência técnica por telefone, website, email;

12.4. Qualquer mudança de endereço ou nos meios de contato, do Centro de Atendimento da CONTRATADA, deverá ser imediatamente comunicada a PRODESP.

12.5. Na abertura/registro dos chamados, devem ser registradas as seguintes informações:

12.5.1. Data de abertura do chamado;

12.5.2. Hora de abertura do chamado;

12.5.3. Número de identificação do chamado;

12.5.4. Descrição do chamado;

12.5.5. Nível de severidade do chamado;

12.5.6. Identificação do solicitante;

12.5.7. Identificação do atendente.

13. NÍVEIS DE SERVIÇO

13.1. A disponibilidade do serviço deverá ser igual, ou melhor, que 99.9% (noventa e nove virgula nove por cento), medida mensalmente, através de ferramenta de gerência apropriada. O descumprimento a este requisito estará sujeito a multa, conforme minuta contratual.

13.2. Caso ocorra algum incidente, a CONTRATADA deverá recuperá-lo dentro do prazo especificado pelo Grau de Severidade abaixo discriminados. O descumprimento ao prazo de recuperação estará sujeito a multa, conforme minuta contratual, exceto nos casos onde a causa da falha estiver fora do alcance da CONTRATADA.

13.2.1. Grau de Severidade 1 (S1) aplica-se a incidentes que inviabilizam a correta operação da rede, de forma total ou parcial, e que implicam em grande degradação ou interrupção do serviço prestado. Seu prazo para recuperação é de 4 horas corridas contadas a partir do momento da indisponibilidade, **independente da abertura de chamado pela contratante.**

13.2.2. Grau de Severidade 2 (S2) aplica-se a incidentes que implicam em pequena degradação do serviço prestado. Seu prazo para recuperação é de 8 horas corridas, contadas a partir do momento em que é aberto um chamado nos canais de comunicação da CONTRATADA.

13.2.3. Grau de Severidade 3 (S3) aplica-se a incidentes que não afetam o serviço prestado. Seu prazo para resolução é de 2 dias corridos ou 48 horas contados a partir do momento em que é aberto um chamado nos canais de comunicação da CONTRATADA.

14. ACEITE DOS SERVIÇOS INSTALAÇÃO COM PAGAMENTO ÚNICO

14.1. A PRODESP emitirá o(s) termo(s) de aceite para cada um dos serviços especificados neste termo, serviços de instalação do serviço de hospedagem nos racks, após a constatação de que os mesmos foram executados de acordo com as especificações técnicas básicas requeridas no edital de licitação e que encontram-se em perfeitas condições de funcionamento;

14.2. O prazo máximo para emissão do termo de aceite dos serviços especificados

neste anexo é de 15 (quinze) dias a contar da data de conclusão e conforme cronograma definido no Plano de Trabalho. Caso os serviços apresentem defeito ou não atendam às especificações técnicas básicas requeridas, o prazo de aceite será reiniciado após a solução dos problemas detectados;

14.3. O prazo máximo para a CONTRATADA solucionar os problemas reportados, é de 5 (cinco) dias a contar do comunicado da PRODESP;

14.4. Caso haja reincidência dos problemas reportados o aceite será novamente interrompido e a CONTRATADA será comunicada para sanar os problemas ou defeitos, no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

15. ATESTAÇÃO DO SERVIÇO DE INTERCONEXÃO COM PAGAMENTO MENSAL

15.1. Os serviços de **Hospedagem e conexão com as Clouds utilizando circuitos virtuais** serão atestados, pelo Gestor do Contrato da PRODESP, com periodicidade mensal

15.2. A atestação dos serviços objeto da contratação constitui condição indispensável para o pagamento do valor ajustado

16. CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

16.1. Tipo e Modalidade da Licitação

16.1.1. A contratação do objeto pretendido se refere a prestação de serviços, na modalidade pregão, na forma eletrônica, com julgamento pelo critério de Menor Valor Global, nos termos da Lei vigente e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

16.2. Participação de consórcios

16.2.1. A presente contratação não prevê a participação de empresas reunidas em consórcio, uma vez que o objeto licitado não contempla a prestação de serviços, sendo todos de um único fabricante, ou seja, uma única revenda detém em seu portfólio de serviço condições de atender as demandas prevista nesse Termo de Referência, sem a necessidade de se consorciar com outra empresa para conseguir atender o objeto na sua completude. Desse modo, considerando as características do objeto, não será admitida a participação de consórcios.

16.3. Subcontratação

16.3.1. Não será permitida subcontratação neste Termo de Referência.

16.4. Critérios de Qualificação Técnica para a Habilitação

16.4.1. Atestado de Capacidade de Fornecimento

16.4.1.1. A LICITANTE deverá apresentar atestado(s) de bom desempenho anterior em contratos de mesma natureza, de complexidade tecnológica e operacional igual ou superior, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou provado, que especifique(m) em seu objeto necessariamente os tipos de serviços realizados, com indicações das quantidades, prazo contratual, datas de início e término e local da prestação de serviços, contemplando a execução dos serviços elencados abaixo relacionados diretamente ao objeto desta contratação.

16.4.1.2. Atestar a capacidade técnica, devidamente comprovada, de ter executado com sucesso ao menos 01 (uma) instalação do serviço de hospedagem e equipamentos de comunicação em 2 (dois) sites redundantes e 01 (uma) instalação/habilitação de Conexão com Clouds utilizando circuitos virtuais

16.4.1.3. O(s) atestado(s) deverá conter a identificação da pessoa jurídica emitente, bem como o nome, o cargo do signatário e o telefone para contato.

16.4.1.4. A PRODESP poderá realizar diligência para averiguação da autenticidade dos atestados.

16.4.1.5. Serão aceitos documentos eletrônicos, desde que permitida a comprovação de suas autenticidades através de consulta na internet.

16.4.1.6. Documentos em língua estrangeira, devem ser acompanhadas da tradução para língua portuguesa, por tradutor juramentado.

17. FATURAMENTO E COBRANÇA

17.1. Pela prestação dos serviços, objeto deste contrato, a PRODESP pagará mensalmente à CONTRATADA os valores unitários previstos para o item “Quantitativo dos Serviços”.

17.2. O faturamento ocorrerá somente após o termo de aceite emitido pela PRODESP.

17.3. Poderão ser faturados os serviços:

17.3.1. Infraestrutura de conectividade, devidamente ativada e atestadas pelo Gestor do Contrato da PRODESP, com periodicidade mensal.

17.3.2. Serviços de conexão com nuvens públicas, que estiverem devidamente ativos e atestados pelo Gestor do Contrato da PRODESP, com periodicidade mensal.

17.3.3. Serviços de instalação, somente quando houver ordem de serviço solicitada pela PRODESP.

17.3.4. Serviços de suporte, quando houver ordem de serviço com a utilização de horas a pedido da PRODESP.

18. CONDIÇÕES PARA PAGAMENTO

18.1. Serviços de Instalação: pagamento após recebimento dos mesmos e emissão do termo de aceite;

18.2. Serviços de Interconexão: pagamento mensal condicionado à atestação do gestor;

18.3. Serviços de Suporte técnico sob demanda: pagamento condicionado à emissão e execução da Ordem de Serviço pela Prodesp.

19. SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO, DA RESPONSABILIDADE, DO SIGILO E DA CONFIDENCIALIDADE

19.1. A CONTRATADA será expressamente responsabilizada quanto à manutenção de sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em documentos e em mídias, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos trabalhos, não podendo, sob qualquer pretexto divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pela PRODESP a tais documentos;

19.2. A CONTRATADA não poderá divulgar quaisquer informações a que tenha acesso em virtude dos trabalhos a serem executados ou de que tenha tomado conhecimento em decorrência da execução do objeto, sem autorização, por escrito, da PRODESP;

19.3. A CONTRATADA deverá assegurar o absoluto sigilo das informações, documentos e bancos de dados da PRODESP, bem como adotar todas as medidas necessárias para garantir a confidencialidade de toda e qualquer informação a que venha a ter acesso em decorrência da prestação dos serviços previstos neste Termo de Referência (TR), responsabilizando-se administrativa, civil e penalmente por qualquer violação desse dever.

19.4. A CONTRATADA deverá colaborar com procedimentos de investigação ou auditoria, em especial os em face do uso indevido das informações disponibilizadas para a execução das atividades;

19.5. Todo o material, documentos, softwares, códigos, tecnologias, know-how e demais propriedades intelectuais fornecidas pela PRODESP ou desenvolvidos durante a execução dos serviços de TI são de exclusiva propriedade desta última;

19.6. Em caso de qualquer violação de sigilo ou uso indevido da propriedade intelectual

da PRODESP por parte dos profissionais alocados da CONTRATADA, esta será inteiramente responsável pelas consequências legais, administrativas e financeiras decorrentes de tais ações;

19.7. A PRODESP reserva-se o direito de, a qualquer momento, solicitar à CONTRATADA a substituição de qualquer profissional alocado que esteja envolvido em violação de propriedade intelectual ou outras condutas inadequadas relacionadas aos serviços prestados;

19.8. A responsabilidade da CONTRATADA em relação à proteção de propriedade intelectual sobreviverá à rescisão ou término deste contrato, permanecendo válidas e vinculantes as obrigações de sigilo e confidencialidade durante o período de vigência contratual e mesmo após o seu encerramento.

ANEXO I-A

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE, SIGILO E USO

A Contratada, inscrita no CNPJ sob o número, com sede na cidade, doravante designada Signatária, neste ato representada por, inscrito(a) no CPF sob o número, aceita as regras, condições e obrigações constantes do presente Termo.

1. O objetivo deste Termo de Confidencialidade, Sigilo e Uso é prover a necessária e adequada proteção às informações restritas de propriedade exclusiva e/ou sob controle do Contratante reveladas ao Signatário ou por ele acessadas em função da execução do objeto do contrato PRO.00.....
2. A expressão “informações restritas” abrange toda informação escrita, oral ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: dados pessoais, técnicas, projetos, especificações, desenhos, cópias, diagramas, fórmulas, modelos, amostras, fluxogramas, croquis, fotografias, plantas, programas de computador, discos, pen drives, fitas, contratos, planos de negócios, processos, projetos, conceitos de produto, especificações, amostras de ideia, clientes, nomes de revendedores e/ou distribuidores, marcas e modelos utilizados, preços e custos, definições e informações mercadológicas, invenções e ideias, vulnerabilidades existentes, outras informações técnicas, financeiras ou comerciais, entre outros.
3. A Signatária compromete-se a não reproduzir nem dar conhecimento a terceiros, sem a anuência formal e expressa do Contratante, das informações restritas reveladas ou acessadas.
4. A Signatária compromete-se a não utilizar, de forma diversa da prevista no contrato celebrado com o Contratante, as informações restritas reveladas ou acessadas.
5. A Signatária deverá cuidar para que as informações reveladas ou acessadas fiquem limitadas ao conhecimento próprio.
6. A Signatária obriga-se a informar imediatamente ao Contratante qualquer violação das regras de confidencialidade, sigilo e uso estabelecidas neste Termo de que tenha tomado conhecimento ou que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo.
7. A quebra da confidencialidade, do sigilo ou das condições de uso das informações restritas reveladas ou acessadas, por ação ou omissão do Signatário, devidamente comprovada, sem autorização expressa do

Contratante, sujeitará a Signatária às consequências legais e sanções cabíveis, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo Contratante, inclusive os de ordem moral, bem como às responsabilidades civil e criminal respectivas, as quais serão apuradas em regular processo judicial ou administrativo.

8. O presente Termo tem natureza irrevogável e irretratável.

9. A Signatária manifesta explícita ciência e se compromete a observar as cláusulas de segurança, privacidade e proteção de dados do Contratante, prevista no Contrato PRO.00..... e seus anexos.

E, por aceitar todas as condições e as obrigações constantes do presente Termo, a Signatária assina o presente Termo.

Taboão da Serra, a data de assinatura deste instrumento corresponde a data da última assinatura digital do(s) representante(s) legal(is).

Taboão da Serra, na data da assinatura digital.

DENIS SATO
Analista de Negócios e TI

SUELI YOSHIKO KUROIVA SIQUEIRA
Coordenadora Prodesp LAB



Documento assinado eletronicamente por **Denis Sato, Analista Negócios e Tecnologia Informação**, em 23/04/2026, às 17:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sueli Yoshiko Kuroiva Siqueira, Coordenador**, em 23/04/2026, às 17:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0104774994** e o código CRC **C463571C**.

ANEXO II

MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

À
CIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO – PRODESP

Ref: PREGÃO ELETRÔNICO PRODESP Nº 90024/2026 - Processo nº 359.00001342/2026-25

OBJETO: Solução de interconexão dedicada Multicloud para integração segura entre o Data Center PRODESP e os provedores de nuvem pública, conforme especificações constantes do Termo de Referência que integra este edital como Anexo I.

Para cumprimento do objeto deste Pregão, ofertamos os preços conforme abaixo:

DESCRIÇÃO SITE A e SITE B	QUANT	VELOCIDADE DA CONEXÃO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO MENSAL	PREÇO DA INSTALAÇÃO (uma única vez)	QUANTIDADE DE MESES	SUBTOTAL (60 meses x preço mensal + instalação)
Serviço de hospedagem e instalação de equipamentos de comunicação (no Rack)	1 = Site A e 1 = Site B	10 Gbps	NA	R\$	R\$	X 60 Meses	R\$
Serviço de hospedagem e instalação de equipamentos de comunicação (no Rack)	1 = Site A e 1 = Site B	40 Gbps	NA	R\$	R\$	X 60 Meses	R\$
Serviço de hospedagem e instalação de equipamentos de comunicação (no Rack)	1 = Site A e 1 = Site B	100 Gbps	NA	R\$	R\$	X 60 Meses	R\$

Conexão com as Clouds utilizando Circuitos Virtuais	20	1 Gbps	R\$			NA	X 60 Meses	R\$	
	10	2 Gbps	R\$			NA	X 60 Meses	R\$	
	10	5 Gbps	R\$			NA	X 60 Meses	R\$	
	10	10 Gbps	R\$			NA	X 60 Meses	R\$	
	10	25 Gbps	R\$			NA	X 60 Meses	R\$	
	10	50 Gbps	R\$			NA	X 60 Meses	R\$	
	10 horas	NA	R\$			NA	X 60 Meses	R\$	
HORAS DE SUPORTE SOB DEMANDA Mensal e renovada todo mês									
PREÇO GLOBAL									R\$

(_____ (preço global por extenso) _____)

Estamos cientes de que o código do item utilizado nesta licitação serviu tão somente para fins de processamento do Pregão Eletrônico no portal de compras (www.gov.br/compras), não se prestando para identificar o objeto licitado, conforme disposto no item 1.2. do Edital.

Declaramos termos examinado todas as especificações contidas no Edital e Anexos, não havendo quaisquer discrepâncias entre o preço final de nossa proposta e as exigências para o cumprimento do objeto licitado, sendo certo que assumimos total responsabilidade por erros ou omissões existentes em nossa proposta, assim como toda despesa relativa à realização integral do objeto.

_____, _____ de _____ de 2026.

Empresa Licitante

(Nome e assinatura do representante legal, utilizando Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP Brasil)

O prazo de validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias, a partir da data de sua apresentação.

ANEXO III

MODELO A QUE SE REFERE O ITEM 4.2.4.1. DO EDITAL (em papel timbrado da licitante)

Nome completo: _____

RG nº: CPF nº: _____

DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante _____ (nome empresarial), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº _____ / _____, Processo nº _____ / _____:

- a) está em situação regular perante o Ministério do Trabalho e Previdência no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal, na forma do Decreto Estadual nº 42.911/1998;
- b) não se enquadra em nenhuma das vedações de participação na licitação do item 2.5 deste Edital;
- c) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição Federal.

(Local e data).

(Nome e assinatura do representante legal, utilizando Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP Brasil)

ANEXO IV**DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E
ATUAÇÃO CONFORME AO MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO**

(em papel timbrado da licitante)

Eu, _____, portador do RG nº _____
e do CPF nº _____, representante legal do licitante
_____ (*nome empresarial*), interessado em participar do
Pregão Eletrônico nº _____ / _____, Processo nº _____ / _____, **DECLARO**,
sob as penas da Lei, especialmente o artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada ou discutida com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- c) o licitante não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- d) o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório antes da adjudicação do objeto;
- e) o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante relacionado, direta ou indiretamente, ao órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e
- f) o representante legal do licitante está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

DECLARO, ainda, que a pessoa jurídica que represento conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/ 2013 e ao Decreto Estadual nº 67.301/2022, tais como:

- I – prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- II – comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;
- III – comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;
- IV – no tocante a licitações e contratos:
 - a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
 - b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
 - c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
 - d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
 - e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
 - f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
 - g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

- V – dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

(Local e data).

(Nome e assinatura do representante legal, utilizando Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP Brasil)

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(em papel timbrado da licitante)

ATENÇÃO: ESTA DECLARAÇÃO DEVE SER APRESENTADA APENAS POR LICITANTES QUE SEJAM ME/EPP, NOS TERMOS DO ITEM 4.2.4.3. DO EDITAL.

Eu, _____, portador do RG nº _____
e do CPF nº _____, representante legal do licitante
_____ (*nome empresarial*), interessado em participar do
Pregão Eletrônico nº _____/_____, Processo nº _____/_____, **DECLARO**,
sob as penas da Lei, o seu enquadramento na condição de Microempresa ou
Empresa de Pequeno Porte, nos critérios previstos no artigo 3º da Lei Complementar
Federal nº 123/2006, bem como sua não inclusão nas vedações previstas no mesmo
diploma legal.

(Local e data).

(Nome e assinatura do representante legal, utilizando Certificado Digital
conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP Brasil)

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO **(empresas em recuperação judicial)** (em papel timbrado da licitante)

Ref: Pregão Eletrônico nº ____/____.

Eu.....(*nome completo*), representante legal da
empresa.....(*nome da pessoa jurídica*), participante do **Pregão Eletrônico**
n.º ____/____, DECLARO, sob as penas da lei:

Estar ciente de que no momento da assinatura do Contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou se o administrador judicial for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo, e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que o licitante está cumprindo o plano de recuperação judicial.

.....(*localidade*),de.....de.....

(Nome e assinatura do representante legal, utilizando Certificado Digital
conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP Brasil)
CPF n.º.....

Anexo VII

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO (em papel timbrado da licitante)

Pela presente, declaramos sob as penas de Lei, a inexistência de qualquer fato impeditivo que obste a nossa participação ou contratação neste **Pregão Eletrônico** nº ____/____ estando esta empresa absolutamente regular no ponto de vista jurídico, financeiro, fiscal e trabalhista, inclusive perante o INSS/FGTS e em virtude das disposições da Lei federal nº 9.605/98 e Decreto estadual nº 66.819/22.

_____, de _____ de _____.

(nome da empresa licitante)

(número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica-CNPJ)

(Nome e assinatura do representante legal, utilizando Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP Brasil)

ANEXO VIII

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE SOLUÇÃO DE INTERCONEXÃO DEDICADA MULTICLOUD PARA INTEGRAÇÃO SEGURA ENTRE O DATA CENTER PRODESP E PROVEDORES DE NUVEM PÚBLICA, QUE FAZEM A COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP E
.....

PRO.MINUTA

Pelo presente contrato, de um lado, a **COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP**, com sede no município de Taboão da Serra, estado de São Paulo, na Rua Agueda Gonçalves, nº 240, inscrita no CNPJ/MF sob nº 62.577.929/0001-35, doravante designada simplesmente **PRODESP** e, de outro lado, a empresa, inscrita no CNPJ/MF nº, localizada na, doravante designada simplesmente **CONTRATADA**, representada neste ato por seus representantes legais ao final designados e assinados, têm entre si justo e acertado o contrato de fornecimento de solução de interconexão dedicada multicloud para integração segura entre o Data Center Prodesp e provedores de nuvem pública, mediante as seguintes cláusulas e condições:

I - OBJETO

- 1.1. Constitui objeto do presente contrato o fornecimento, pela **CONTRATADA**, de solução de interconexão dedicada multicloud para integração segura entre o Data Center PRODESP e provedores de nuvens públicas (Public Cloud's), viabilizando conexões privadas dedicadas aos principais provedores de nuvem pública utilizados pelo mercado e pelo Governo do Estado de São Paulo, conforme detalhado no Termo de Referência – Anexo I do Edital e demais condições estabelecidas neste contrato.
 - 1.1.1. O Data Center PRODESP (DCP) está localizado na Rua Agueda Gonçalves, nº 240 – Jardim Pedro Gonçalves – Taboão da Serra – SP – CEP 06760-900.
- 1.2. O objeto contratual executado deverá atingir o fim a que se destina, com eficácia e qualidade requeridas.
- 1.3. O regime de execução dos serviços objeto deste contrato é de empreitada por preço unitário.
- 1.4. A presente contratação, decorrente de licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº, foi homologada, assim como autorizada a previsão de despesa orçamentária nos Documentos de Comprovação Orçamentária – DCO nº, nos termos do Decreto Estadual nº 33.144, de 20/03/91, conforme documentos anexados no Processo Prodesp

II – SERVIÇOS

- 2.1. A **CONTRATADA** será responsável pela execução dos serviços, bem como pelo provimento de todos os recursos necessários para a execução do objeto deste contrato, cumprindo todos os requisitos e condições estabelecidos no Termo de Referência – Anexo I.
- 2.2. Os recursos necessários para a execução do objeto deste contrato abrangem, no mínimo, os seguintes itens:
- conexão de portas;
 - circuitos lógicos/jumpers;
 - contratação de espaços em racks;
 - roteadores;
 - transceptores e outros acessórios;
 - interligação física e lógica com os links de comunicação fornecidos previamente pela **PRODESP**.
- 2.3. TOPOLOGIA E ARQUITETURA
- 2.3.1. A **CONTRATADA** deverá disponibilizar no mínimo 2 (dois) Data Centers (Site A e Site B) próprios ou subcontratados com pontos de interconexão diretos (on-ramps) para provedores de nuvem. Esses pontos devem estar localizados na mesma região metropolitana do Data Center ofertado para o projeto.
- 2.3.1.1. Para garantir conexões privadas, estáveis e de baixa latência, esses pontos devem estar localizados na mesma região metropolitana do Data Center ofertado para o projeto.
- 2.3.2. A comprovação da existência dos on-ramps deverá ser apresentada mediante documentação oficial dos provedores ou fontes reconhecidas de mercado, tais como o Cloud Infrastructure Map, da TeleGeography, ou ainda por documentações oficiais fornecidas pelos próprios provedores de nuvem.
- 2.3.2.1. <https://www.cloudinfrastructuremap.com/#/service/on-ramps>
- 2.4. MODELO OPERACIONAL
- 2.4.1. A **PRODESP** atuará como broker de serviços cloud, podendo alocar a solução contratada no provedor que apresentar melhor relação custo-benefício, conforme tipificação, disponibilidade e demanda.
- 2.5. A **CONTRATADA** deverá disponibilizar e garantir todos os recursos técnicos mencionados no item 7. do Termo de Referência – Anexo I
- 2.6. Deverá ser disponibilizado suporte técnico especializado com pacote mensal de, no mínimo, 10 (dez) horas para configuração, ajustes e manutenção do ambiente.

- 2.7. A solução deverá prover conexões privadas dedicadas aos principais provedores de nuvem pública utilizados pelo mercado e pelo Governo do Estado de São Paulo, incluindo no mínimo, mas não se limitando a:
- Microsoft Azure (Microsoft);
 - Amazon Web Services - AWS (Amazon);
 - Google Cloud Platform - GCP (Google);
 - Oracle Cloud Infrastructure - OCI (Oracle);
 - IBM Cloud (IBM);
 - Huawei Cloud (Huawei).
- 2.8. Todas as atividades que possam impactar na disponibilização parcial ou total dos serviços prestados, deverão ser realizados em horários pré-estabelecidos pela **PRODESP**, incluindo o período noturno e finais de semana.
- 2.9. A **CONTRATADA** deverá realizar testes de verificação de qualidade de transmissão, testes de conectividade e de desempenho da solução, sempre que houver solicitação da **PRODESP**, sem custos adicionais.
- 2.10. A **CONTRATADA** deverá fornecer uma plataforma on-line tipo “Dashboard” para que a **PRODESP** acompanhe em tempo real o status dos serviços fornecidos.

III – PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA

- 3.1. A **CONTRATADA** deverá entregar o “Serviço de Hospedagem e Instalação de Equipamentos de Comunicação (Rack)”, em até **60 (sessenta) dias corridos** a contar da assinatura do contrato, conforme as condições estabelecidas neste contrato e no Termo de Referência – Anexo I.
- 3.2. Os serviços de “Conexão com as Cloud’s utilizando Circuitos Virtuais” deverão ser entregues em até **02 (dois) dias corridos** quando os circuitos físicos com as nuvens já estiverem estabelecidos e banda disponível, conforme a Ordem de Início dos Serviços – OIS prevista no item 9.1. da Cláusula IX – OBRIGAÇÕES DA PRODESP e as condições estabelecidas neste contrato e no Termo de Referência – Anexo I.
- 3.3. Os serviços serão previamente homologados pelo responsável designado pela **PRODESP** para acompanhamento e fiscalização do contrato, para posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência – Anexo I.
- 3.4. O recebimento provisório ou definitivo do serviço não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA** pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

IV – INSTALAÇÃO

- 4.1. A **CONTRATADA** poderá cobrar uma única taxa pelo serviço de instalação executado para os equipamentos de comunicação hospedados, a ser paga uma única vez pela **PRODESP**.

V – ACEITE

- 5.1. A **PRODESP** emitirá o(s) termo(s) de aceite para cada um dos serviços especificados neste termo:
- 5.1.1. Para os Serviços de Instalação do Serviço de Hospedagem nos Racks, após a constatação de que foram executados de acordo com as especificações técnicas constantes no Termo de Referência – Anexo I e que se encontram em perfeitas condições de funcionamento;
- 5.1.1.1. O prazo máximo para emissão do Termo de Aceite é de 15 (quinze) dias a contar da data de conclusão dos Serviços de Instalação do Serviço de Hospedagem nos Racks;
- 5.1.1.2. O prazo máximo para a **CONTRATADA** solucionar os problemas reportados, é de 5 (cinco) dias a contar do comunicado da **PRODESP**;
- 5.1.1.3. Caso haja reincidência dos problemas reportados o aceite será interrompido e a **CONTRATADA** será comunicada para sanar os problemas ou defeitos, no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

VI - ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇO

- 6.1. A **CONTRATADA** deverá garantir disponibilidade do serviço igual ou melhor que 99,9% (noventa e nove vírgula nove por cento), medida mensalmente, por meio de ferramenta de gerência apropriada. O descumprimento a este requisito estará sujeito a multa prevista no item 18.5.3. da Cláusula XVIII – RESCISÃO E PENALIDADES.
- 6.2. Caso ocorra algum incidente, a **CONTRATADA** deverá recuperá-lo dentro do prazo especificado pelo Grau de Severidade a seguir discriminados e estabelecido no Termo de Referência – Anexo I. O descumprimento ao prazo de recuperação estará sujeito a multa prevista no item 18.5.4. da Cláusula XVIII – RESCISÃO E PENALIDADES, exceto nos casos em que a causa da falha estiver fora do alcance da **CONTRATADA**.
- 6.2.1. **Grau de Severidade 1 (S1):** aplica-se a incidentes que inviabilizam a correta operação da rede, de forma total ou parcial, e que implicam em grande degradação ou interrupção do serviço prestado. Seu prazo para recuperação é de **4 (quatro) horas corridas**, contadas a partir do momento da indisponibilidade, **independente da abertura de chamado pela PRODESP**.

- 6.2.2. **Grau de Severidade 2 (S2):** aplica-se a incidentes que implicam em pequena degradação do serviço prestado. Seu prazo para recuperação é de **8 (oito) horas corridas**, contadas a partir do momento em que é aberto um chamado nos canais de comunicação da **CONTRATADA**.
- 6.2.3. **Grau de Severidade 3 (S3):** aplica-se a incidentes que não afetam o serviço prestado. Seu prazo para resolução é de **2 (dois) dias corridos ou 48 horas** contados a partir do momento em que foi aberto um chamado nos canais de comunicação da **CONTRATADA**.

VII – VIGÊNCIA

- 7.1. A vigência do presente contrato é de 60 (sessenta) meses, contados da data de sua assinatura.
- 7.2. O início da execução do objeto contratado se dará a partir da data indicada na Ordem de Início dos Serviços a ser emitida pela PRODESP, prevista na Cláusula IX - OBRIGAÇÕES DA PRODESP, deste contrato.

VIII – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1. Atender e cumprir rigorosamente todas as condições contidas no Termo de Referência - Anexo I, e demais condições estabelecidas neste contrato.
- 8.2. Prestar os serviços com observância na íntegra das condições estabelecidas neste contrato e no Termo de Referência – Anexo I, garantindo o perfeito funcionamento dos serviços.
- 8.3. Entregar e implantar os serviços de acordo com os prazos estabelecido na Cláusula III – PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA, deste contrato.
- 8.4. Providenciar meios físicos de conexão com as principais nuvens públicas, conforme item 2.3.2. da cláusula II.
- 8.5. Disponibilizar acesso contínuo e ininterrupto, em regime integral, 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante todos os dias do mês, à plataforma de Dashboard, destinada ao acompanhamento dos serviços prestados.
- 8.6. Disponibilizar os serviços, objeto deste contrato, em regime integral, 24 (vinte e quatro) horas por dia, todos os dias do mês.
- 8.7. Prestar todas as informações técnicas necessárias, refazendo os serviços sempre que constatado desacordo com as diretrizes estabelecidas pela **PRODESP**, providenciando a imediata correção das inconsistências apontadas e atendendo prontamente a quaisquer reclamações, com fundamento nas condições previstas neste contrato e no Termo de Referência – Anexo I.
- 8.8. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à **PRODESP** ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, sendo que a fiscalização da **PRODESP** não é motivo para redução ou exclusão dessa responsabilidade.

- 8.9. Manter, nos termos do artigo 69, Inciso IX da Lei federal nº 13.303/2016, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 8.9.1. A **CONTRATADA** deverá comunicar imediatamente ao Gestor do Contrato da **PRODESP** a ocorrência de superveniência ou fato que venha a modificar suas condições iniciais de habilitação e qualificação;
- 8.9.2. A **PRODESP** promoverá consulta da regularidade das certidões e cadastros, no ato de assinatura deste contrato e previamente à emissão de termo de aditamento, por meio dos sistemas eletrônicos oficiais de informações cadastrais. Caso constatada desconformidade, a **CONTRATADA** deverá apresentar os comprovantes ou justificativas para avaliação da **PRODESP**, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Contrato;
- 8.9.3. Havendo a renovação contratual, a **CONTRATADA** deverá reapresentar os documentos de qualificação técnica, inicialmente exigidos e apresentados e que possuem validade vencida ao longo do período, tais como, mas não se limitando a: certificações, registros, inscrição em entidade profissional competente ou alvará/licença/autorização para atuação.
- 8.10. Obriga-se, por seus administradores, sócios e gerentes, por seus funcionários ou terceiros contratados e/ou subcontratados, credenciados e representantes, a manter e guardar o mais expresso, estrito e absoluto sigilo sobre dados, informações, conteúdo, especificações técnicas, características de ambientes, relações ou informações de caráter comercial com clientes da **PRODESP**, a que tenham acesso ou conhecimento, sob qualquer forma, em decorrência da prestação dos serviços e/ou fornecimento de bem, objeto deste contrato, no decorrer da sua execução ou cumprimento, sob pena de responder civil ou criminalmente pelo seu descumprimento, ficando responsável pela reparação por prejuízos materiais, morais, perdas e lucros cessantes decorrentes.
- 8.10.1. A obrigação de sigilo prevista no item 8.10., aplica-se não só pelo prazo de vigência ou de execução dos serviços/fornecimento previstos neste contrato como se estende também após seu encerramento pelo prazo de 10 (dez) anos.
- 8.11. Responsabilizar-se, sem qualquer espécie de solidariedade por parte da **PRODESP**, pelas obrigações de natureza fiscal, previdenciária, trabalhista, acidentária e civil, em relação ao pessoal que alocar para a prestação dos serviços objeto do presente Contrato.
- 8.11.1. Apresentar à **PRODESP**, quando exigido, comprovante de pagamento de salários, apólices de seguros, quitação de suas obrigações trabalhistas e previdenciárias, relativas aos seus empregados que estejam ou tenham estado a serviço da **PRODESP**, por força deste contrato.
- 8.12. Obedecer na execução e desenvolvimento do seu trabalho, as determinações da Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977, regulamentada pela Portaria nº 3.214, de 08 de junho de 1978, do Ministério do Trabalho e Emprego e suas alterações, além de outra legislação técnica vigente e as normas de procedimentos internos da **PRODESP** de engenharia de segurança, medicina e meio ambiente do trabalho, que sejam aplicáveis à execução específica da atividade.

- 8.13. Apresentar, sempre que solicitado pela **PRODESP**, cópia dos Programas de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO e Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR, de acordo com as Normas Regulamentadoras n.ºs 07 e 09, respectivamente, da Portaria n.º 3.214, de 08 de junho de 1978, do Ministério do Trabalho e Emprego, conforme determina a Lei Federal n.º 6.514, de 22 de dezembro de 1977 e instalando e mantendo os Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SEESMT) e Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, considerando o número total de trabalhadores nos serviços, para o fiel cumprimento da legislação em vigor.
- 8.14. Não emitir e/ou fazer circular duplicatas ou saque de letras de câmbio contra a **PRODESP**, relativamente a todo e qualquer crédito decorrente deste contrato, exceto em se tratando a **CONTRATADA** de microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 8.15. Providenciar, concomitantemente à assinatura do contrato, caso não esteja cadastrada, seu cadastro na Unidade Cadastradora do SICAF, ou sua renovação, caso esteja com o cadastro vencido, bem como mantê-lo válido durante toda a vigência contratual.
- 8.16. Observada a natureza do objeto contratado, responsabilizar-se exclusivamente, pela retirada e descarte do material até o destino final, sempre que solicitado pela **PRODESP**, obrigando-se a apresentar a documentação comprobatória de sua qualificação para tanto, de conformidade com a legislação pertinente, sob pena de rescisão do ajuste, bem como da imposição das penalidades nele previstas.
- 8.17. Conhecer e cumprir, naquilo que lhe couber, o Programa de Integridade e o Código de Conduta e Integridade da PRODESP, disponíveis no site da PRODESP – endereços eletrônicos: <https://www.prodesp.sp.gov.br/institucional/codigo-de-conduta-e-integridade>.
- 8.18. Assinar o Termo de Confidencialidade, Sigilo e Uso - Anexo II deste contrato.
- 8.19. Assinar o "Termo de Ciência e de Notificação – Tribunal de Contas do Estado de São Paulo" - Anexo III deste contrato, dando ciência da remessa da documentação do procedimento licitatório ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.
- 8.19.1. Providenciar o cadastro de seus representantes legais responsáveis pela assinatura do "Termo de Ciência e de Notificação" no Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP e mantê-lo atualizado, para fins de cadastramento em processo eletrônico, nos termos da Instrução nº 01 de 2024, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;
- 8.19.2. Ficar a critério da **CONTRATADA** o acompanhamento do processo junto àquela corte, cabendo-lhe as diligências para juntada da procuração nomeando seus representantes legais/procuradores e demais atos que se fizerem necessários.
- 8.20. Assinar ao término da vigência do presente contrato, o Termo de Encerramento e Outras Avenças, conforme modelo Anexo IV deste instrumento.

IX – OBRIGAÇÕES DA PRODESP

- 9.1. Expedir Ordem de Início dos Serviços (OIS) para os serviços de Conexão com as Cloud's utilizando Circuitos Virtuais, previsto no item 3.2. da Cláusula III – PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA.
- 9.2. Fornecer os links de comunicação entre o Data Center **PRODESP** e o Data Center da **CONTRATADA**.
- 9.3. Realizar a contratação de serviços junto a cada um dos principais provedores de nuvem para que a conexão seja estabelecida pela **CONTRATADA**;
- 9.4. Acompanhar os serviços prestados através de plataforma “Dashboard” fornecida pela **CONTRATADA**.
- 9.5. Prestar todas as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**, proporcionando todas as facilidades necessárias para que esta possa cumprir integralmente as condições estabelecidas neste contrato e no Termo de Referência – Anexo I.
- 9.6. Expedir os Termos de Aceite previstos na Cláusula V – ACEITE.
- 9.7. Fornecer a relação de pessoas autorizadas pela **PRODESP**, a realizar a abertura de chamados junto à **CONTRATADA**.
- 9.8. Efetuar os pagamentos previstos na Cláusula XII – FATURAMENTO E PAGAMENTO.
- 9.9. Assinar, ao término da vigência do presente contrato, o Termo de Encerramento e Outras Avenças, conforme modelo Anexo IV deste instrumento.

X - PREÇO E REAJUSTE

10.1. O valor total estimado do presente contrato é de R\$
(.....), base:

10.2. Pelos serviços contratados, objeto deste contrato, a **PRODESP** pagará à **CONTRATADA**, os seguintes valores:

ITEM	DESCRIÇÃO – SITE A e SITE B	QTDE	VELOCIDA DE DE CONEXÃO	VALOR UNITÁ RIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)	INSTA LAÇÃO (Valor Único) (R\$)	VALOR TOTAL 60 MESES (CUSTO MENSAL X 60 MESES + INSTALA ÇÃO (R\$)
1	Serviço de Hospedagem e Instalação de Equipamentos de Comunicação (no Rack)	02, sendo: (1 = Site A) e (1 = Site B)	10 Gbps	NA			

2	Serviço de Hospedagem e Instalação de Equipamentos de Comunicação (no Rack)	02, sendo: (1 = Site A) e (1 = Site B)	40 Gbps	NA			
3	Serviço de Hospedagem e Instalação de Equipamentos de Comunicação (no Rack)	02, sendo: (1 = Site A) e (1 = Site B)	100 Gbps	NA			
4	Conexão com as Clouds utilizando Circuitos Virtuais	20	1 Gbps			NA	
		10	2 Gbps			NA	
		10	5 Gbps			NA	
		10	10 Gbps			NA	
		10	25 Gbps			NA	
		10	50 Gbps			NA	
5	HORAS DE SUPORTE SOB DEMANDA – Mensal e renovada mensalmente	10 horas	NA			NA	
VALOR TOTAL (ITENS 1 + 2 + 3 + 4 + 5)							

10.2.1. Nos preços estabelecidos, já estão inclusos todos os custos diretos e indiretos relativos ao seu objeto, abrangendo todas as despesas necessárias para a execução do serviço, inclusive despesas com taxas, materiais, transportes, fretes, mão de obra, bem como todos os benefícios e encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, securitários, ficando todos estes itens sob a responsabilidade da **CONTRATADA**, não cabendo à **PRODESP** arcar com quaisquer custos adicionais a este título.

10.3. Os valores previstos no item 10.2. desta cláusula, serão reajustados anualmente de acordo com a variação do IPC-FIPE (Índice de preços ao consumidor) ocorrida no período, conforme fórmula a seguir:

$$R = Po . \left[\left(\frac{IPC}{IPCo} \right) - 1 \right]$$

onde:

R = parcela de reajuste;

Po = preço inicial do contrato no mês de referência dos preços, ou preço do contrato no mês de aplicação do último reajuste;

IPC/IPCo = variação do IPC - FIPE (Índice de Preço ao Consumidor), ocorrida entre o mês de referência de preços ou o mês do último reajuste aplicado, e o mês de aplicação do reajuste.

- 10.3.1. Na hipótese de superveniência de disposição da Lei Federal ou de determinação do Poder Executivo Federal, permitindo a aplicação de reajuste de preço em periodicidade inferior à prevista no item 10.3., poderão as partes contratantes repactuar a nova periodicidade, obedecida as condições que a Lei, então vigente, estabelecer;
- 10.3.2. Na hipótese de suspensão, extinção ou vedação do uso do índice estabelecido no item 10.3. supra, será utilizado o índice oficial que vier a substituí-lo ou, no caso de não determinação deste, será escolhido o índice substituto que melhor venha refletir a variação dos custos da **CONTRATADA**;
- 10.3.3. Na periodicidade prevista no item 10.3. e de acordo com o percentual máximo de reajuste apurado nos termos do mencionado item, as partes negociarão o percentual a ser aplicado sobre o valor do presente contrato, a título de reajuste, fundamentado em planilhas de custo ou outros documentos que comprovem o pleito da **CONTRATADA**.

XI – MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

- 11.1. Os serviços de Hospedagem e Conexão com as Clouds utilizando Circuitos Virtuais, serão objeto de medição mensal, conforme os procedimentos a seguir descritos:
 - 11.1.1. A **CONTRATADA** apresentará mensalmente, no 1º (primeiro) dia útil, posterior ao período da medição dos serviços, relatório contendo os quantitativos e os respectivos valores apurados, relativos aos serviços realizados;
 - 11.1.2. O valor dos pagamentos será obtido mediante a soma do preço fixo contratual e aplicação do respectivo preço unitário variável contratado, às correspondentes quantidades efetivamente realizadas, descontadas as importâncias relativas a serviços não executados por motivos imputáveis à **CONTRATADA**;
 - 11.1.3. A realização dos descontos indicados no subitem 11.1.2 não prejudica a aplicação de sanções à **CONTRATADA**, por conta da não execução dos serviços;
 - 11.1.4. A **PRODESP** solicitará à **CONTRATADA**, na hipótese de glosas e/ou incorreções de valores, a correspondente retificação objetivando a emissão da nota fiscal/fatura;
 - 11.1.5. Após a conferência dos quantitativos e valores apresentados, a **PRODESP** atestará a medição mensal, no prazo de 03 (três) dias úteis contados do recebimento do relatório previsto no subitem 11.1.1., comunicando à **CONTRATADA** os valores aprovados e autorizando a emissão da correspondente fatura, que deve ocorrer nos termos da legislação vigente.

XII - FATURAMENTO E PAGAMENTO

- 12.1. O faturamento do objeto do presente contrato deverá ser feito no CNPJ da **PRODESP**, correspondente ao local de entrega e/ou da prestação dos serviços. Para tanto, a **CONTRATADA** deverá consultar os dados cadastrais correspondentes, no endereço eletrônico: www.prodesp.sp.gov.br/fornecedores/filiais-prodesp/
- 12.2. As Notas Fiscais/Faturas representativas dos pagamentos deverão ser emitidas pela **CONTRATADA** contra a **PRODESP** e enviadas eletronicamente em formato e nomenclatura padrão estabelecida no manual de instruções disponível no site da **PRODESP**, na seção “Fornecedores” opção “Entrega de Notas Fiscais e Faturas”
- 12.2.1. A **PRODESP**, na qualidade de empresa pública integrante da Administração Indireta, observará, para fins de retenção tributária, o disposto no Regulamento do Imposto de Renda (RIR/2018) quanto ao IRRF, bem como a Lei nº 10.833/2003 no que se refere às retenções de PIS, COFINS e CSLL;
- 12.2.2. O endereço eletrônico informado no item acima, destina-se exclusivamente ao recebimento de Nota Fiscal Eletrônica e não será aceito o envio por e-mail. A entrega de quaisquer outros documentos exigidos deverá seguir o estabelecido com a **PRODESP**;
- 12.2.3. As notas fiscais e faturas devem ser emitidas e entregues até o dia 25 do mês subsequente ao da prestação do serviço.
- 12.2.4. Na hipótese de divergência entre os valores constantes na nota fiscal/fatura emitida pela **CONTRATADA** e os estipulados no contrato, a **PRODESP** poderá glosar os valores apontados como indevidos.
- 12.3. Os pagamentos mensais, cumpridas as condições acima, serão efetuados pela **PRODESP** na forma do item 12.5., respeitando o quanto disposto no item 12.6. desta cláusula.
- 12.3.1. No primeiro e no último mês de prestação dos serviços, os preços definidos no item 10.2. serão calculados *pro rata die*, adequando os dispêndios à efetiva vigência contratual, conforme Cláusula VII – VIGÊNCIA. Nos demais meses, os encargos serão cobrados com base no período mensal da efetiva prestação dos serviços;
- 12.3.2. Na hipótese de divergência entre os valores constantes das notas fiscais e faturas com os estipulados em contrato, a **PRODESP** poderá glosar a diferença, mediante a respectiva demonstração;
- 12.3.3. Havendo atraso nos pagamentos, incidirá correção monetária sobre o valor devido na forma da legislação aplicável, bem como juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado;

- 12.3.4. A **PRODESP** tem a obrigação de assegurar que todos os aspectos fiscais e tributários estejam em conformidade com a legislação vigente. Caso haja alguma inconsistência ou dúvida quanto ao enquadramento tributário do documento fiscal emitido, a **PRODESP** poderá reter o pagamento até que a situação seja esclarecida ou regularizada.
- 12.4. Os pagamentos pelos serviços prestados em conformidade com os preços estabelecidos no item 10.2. deste contrato, serão efetuados de acordo com as condições a seguir:
- 12.4.1. O valor relativo ao serviço de instalação previsto item 10.2. Cláusula X – PREÇO E REAJUSTE será efetuado mediante entrega da Nota Fiscal/Fatura pela **CONTRATADA**, em uma única parcela, após emissão do termo de aceite previsto na Cláusula V – ACEITE e atestação pela **PRODESP**;
- 12.4.2. Os valores relativos aos serviços de Hospedagem e Conexão com as Clouds utilizando Circuitos Virtuais, apurados em conformidade com as condições na Cláusula XI – MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS e em conformidade com os preços estabelecidos no item 10.2. deste contrato, serão efetuados mediante a entrega das Notas Fiscais/Faturas pela **CONTRATADA**, após a devida atestação pela **PRODESP** referentes aos serviços executados;
- 12.4.3. O valor relativo ao serviço de Suporte previsto no item 10.2. da Cláusula X – PREÇO E REAJUSTE será pago, mensalmente, de acordo com o serviço efetivamente executado, mediante entrega da Nota Fiscal/Fatura pela **CONTRATADA** e atestação pela **PRODESP**;
- 12.4.4. A **PRODESP** realizará os pagamentos nos dias 5 e 20 do mês, sendo prorrogado para o dia útil subsequente, no caso de dias não úteis;
- 12.4.5. As Notas Fiscais/Faturas entregues pela **CONTRATADA** entre os dias 1 e 5 do mês subsequente à prestação dos serviços serão pagas no dia 5 do mês subsequente à entrega. As Notas Fiscais/Faturas entregues após o dia 5, serão pagas no dia 20 do mês subsequente à entrega. As Notas Fiscais/Faturas entregues após o dia 21, serão pagas no dia 5 do mês subsequente, fora o mês de sua entrega.
- 12.4.6. No caso de devolução da Nota Fiscal/Fatura por qualquer motivo, a reapresentação será considerada como nova solicitação para efeito de contagem do prazo de seu pagamento.
- 12.5. As importâncias a serem pagas pela **PRODESP** serão depositadas em conta corrente da **CONTRATADA** no Banco do Brasil S.A.
- 12.5.1. Para tanto, a **CONTRATADA** deverá informar à **PRODESP**, dentro do prazo de 15 (quinze) dias corridos a contar da assinatura do presente contrato, o número de sua conta corrente e o da agência do referido estabelecimento bancário.

- 12.6. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome da **CONTRATADA** no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais - CADIN ESTADUAL", o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pela **CONTRATADA**, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei Estadual nº 12.799/2008.
- 12.7. A **PRODESP** efetuará a retenção/recolhimento referente ao INSS, conforme previsto na Lei Federal nº 8.212/91, com a redação dada pela Lei Federal nº 9.711/98 de 20/11/98 e do percentual relativo ao ISSQN nos termos da Lei Complementar nº 116/2003, se aplicáveis.
- 12.8. Todos os tributos sejam eles federais, estaduais ou municipais sob qualquer título, inclusive o I.S.S. (Imposto Sobre Serviços) que incidam ou venham a incidir sobre este contrato são de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA**.
- 12.9. É assegurado à **PRODESP** efetuar, nos termos do artigo 70 do seu Regulamento Interno de Licitações e Contratos, a retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando a **CONTRATADA**:
- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; (excluir mínima conforme novo RILC)
 - b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;
 - c) estiver sendo processado judicialmente pelo descumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos seus empregados, decorrentes da execução do contrato, em tendo sido a **PRODESP** incluída no polo passivo da ação.
- 12.10. Quando da emissão da nota fiscal, caso a **CONTRATADA** esteja em situação de recuperação judicial, deverá apresentar declaração, relatório ou documento equivalente de seu administrador judicial, ou se o administrador judicial for pessoa jurídica, do profissional responsável pela condução do processo, de que está cumprindo o plano de recuperação judicial.
- 12.10.1. A não apresentação do documento requerido no item 9.12. acarretará a aplicação de multa prevista na Cláusula XVIII - RESCISÃO E PENALIDADES.
- 12.11. A **CONTRATADA**, optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições (SIMPLES) junto à Secretaria da Receita Federal (SRF), instituído pela Lei Complementar Federal nº 123 de 14 de dezembro de 2006, deverá apresentar a cada pagamento, nos termos do artigo 3º da Instrução Normativa nº 791 de 10 de dezembro de 2007 da Secretaria da Receita Federal (SRF), DECLARAÇÃO, emitida em duas vias e devidamente assinadas pelo representante legal da **CONTRATADA**. A não apresentação da respectiva declaração ensejará a retenção na fonte dos tributos e contribuições devidos.
- 12.11.1. A **PRODESP** arquivará a primeira via da declaração a que se refere o item acima, que ficará à disposição da Secretaria da Receita Federal (SRF), devendo a segunda via ser devolvida à **CONTRATADA**, como recibo.

XIII – ACOMPANHAMENTO

- 13.1. O acompanhamento dos serviços objeto deste contrato será exercido por representantes designados pela **PRODESP**, obrigando-se a **CONTRATADA** a atender prontamente às exigências desses que terão poderes para solucionar dúvidas e transmitir por escrito as instruções da **PRODESP** à **CONTRATADA**, bem como recusar serviços que não atendam às especificações devidas de qualidade.

XIV – COMUNICAÇÃO E REGISTROS DE OCORRÊNCIAS

- 14.1. A **CONTRATADA** disponibilizará para a **PRODESP** Canal de Comunicação, em língua portuguesa, para registro de abertura de chamados técnicos, suporte on-line e controle de atendimento, com atendimento 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, em todos os dias do ano, de acordo com as especificações estabelecidas no item 12. do Termo de Referência – Anexo I.

XV – CONFIDENCIALIDADE

- 15.1. A **CONTRATADA**, obriga-se, por seus administradores, sócios e gerentes, por seus funcionários ou terceiros contratados e/ou subcontratados, credenciados e representantes, a manter e guardar o mais expreso, estrito e absoluto sigilo sobre dados, informações, conteúdo, especificações técnicas, características de ambientes, relações ou informações de caráter comercial com clientes da **PRODESP**, a que tenham acesso ou conhecimento, sob qualquer forma, em decorrência da prestação dos serviços e/ou fornecimento de bem, objeto deste contrato, no decorrer da sua execução ou cumprimento, sob pena de responder civil e criminalmente pelo seu descumprimento, ficando responsável pela reparação por prejuízos materiais, morais, perdas e danos e lucros cessantes decorrentes, pelo prazo de 10 (dez) anos.
- 15.1.1. O descumprimento das obrigações estabelecidas acima obriga a **CONTRATADA**, a qualquer tempo durante o prazo estipulado no item 15.1. ao pagamento, em favor da **PRODESP**, da multa prevista no subitem 18.5.6.

XVI - POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO

- 16.1. As Partes declaram que têm plena ciência das normas de prevenção à corrupção vigentes na legislação brasileira, incluindo, mas não se limitando à Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), à Lei nº 12.846/2013, e ao Decreto Estadual nº 67.301/2022, juntamente com seus respectivos regulamentos ("Leis Anticorrupção"). Comprometem-se a observar estritamente tais normas, tanto em seu nome quanto em nome de seus sócios, administradores, colaboradores, e terceiros por elas contratados.

- 16.2. Ambas as Partes se obrigam a abster-se de dar, oferecer ou prometer, direta ou indiretamente, qualquer bem, valor ou vantagem indevida a agentes públicos, seus relacionados, familiares ou a qualquer pessoa física ou jurídica, com o intuito de obter benefício indevido, influenciar decisões, ou direcionar negócios de forma ilícita.
- 16.3. Em atendimento à Lei nº 12.846, de 2013, e ao Decreto estadual nº 67.301, de 2022 a **CONTRATADA** se compromete a adotar uma conduta ética e a abster-se de práticas que possam ser caracterizadas como corrupção, suborno, extorsão, pagamento de facilitação, fraude ou quaisquer atos lesivos à administração pública nacional ou estrangeira, ou a terceiros, de modo que a **CONTRATADA** não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.
- 16.4. A **CONTRATADA** declara que conhece e irá observar as regras e diretrizes estabelecidas no Código de Conduta e Integridade da **PRODESP**, bem como em suas Políticas e Normas a ela aplicáveis.
- 16.5. A **CONTRATADA** se compromete a informar prontamente a **PRODESP** sobre qualquer processo administrativo ou judicial em que seja envolvida por práticas ilícitas de atos corrupção, lavagem de dinheiro, trabalho escravo, utilização de qualquer trabalho de menor de 16 (dezesesseis), anos exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou suborno no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar do conhecimento do fato. A falha em informar qualquer uma dessas circunstâncias constituirá justa causa para a resolução imediata do Contrato, conforme previsto nas cláusulas de rescisão e penalidades.
- 16.6. A **PRODESP** se reserva o direito de realizar auditorias, sempre que julgar necessário, por si ou por terceiros designados, nas atividades da **CONTRATADA** para verificar a conformidade com as legislações anticorrupção e as disposições deste contrato.
- 16.7. A **CONTRATADA** deverá colaborar integralmente com as auditorias, fornecendo documentos, registros, acesso às instalações e quaisquer outras informações necessárias de maneira oportuna, sob pena de multa compensatória de 5% do valor do contrato, sem prejuízo da indenização suplementar, em caso de obstrução ou não cooperação.
- 16.8. Caso a **CONTRATADA** venha a ser condenada em decorrência de atos lesivos à administração pública, nos termos da Lei 12.846/2013 ou outra legislação aplicável, deverá ressarcir integralmente a **PRODESP** por todas as multas, indenizações ou quaisquer outros encargos financeiros que esta venha a arcar como consequência dos atos ilícitos praticados pela **CONTRATADA**.
- 16.9. A **CONTRATADA** deverá indenizar a **PRODESP** por quaisquer outros prejuízos financeiros, diretos ou indiretos, decorrentes da prática desses atos, incluindo, mas não se limitando a perdas reputacionais, custos com defesa jurídica e danos à imagem da **PRODESP**.

- 16.10. A **CONTRATADA** deverá garantir que seus colaboradores e terceiros contratados, especialmente aqueles que atuam diretamente em nome da **PRODESP** ou em situações que envolvam interações com o poder público, participem de programas de treinamento regulares sobre compliance e legislação anticorrupção, garantindo que estejam adequadamente informados sobre as condutas esperadas e as consequências do não cumprimento destas normas. A **PRODESP** poderá, a seu critério, fornecer treinamento adicional para a **CONTRATADA** em relação a seu programa de integridade e compliance.
- 16.11. O descumprimento de qualquer disposição destas cláusulas constituirá justa causa para a resolução unilateral deste Contrato, a critério da **PRODESP**, sem prejuízo da aplicação de multas contratuais ou da exigência de indenização suplementar por perdas e danos, conforme os artigos 408 e 416 do Código Civil, e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a [Lei nº 12.846, de 2013](#), e o [Decreto estadual nº 67.301, de 2022](#).

XVII – PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

- 17.1. A **CONTRATADA**, por si e por seus empregados, sócios, diretores, prestadores de serviços ou qualquer outro terceiro que atue em seu nome no âmbito deste Contrato, obriga-se, sempre que aplicável, a atuar em conformidade com a legislação vigente aplicável sobre proteção de dados pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial, mas não se limitando, a Lei Federal nº 13.709/2018 (“LGPD”).
- 17.2. A **CONTRATADA** deverá monitorar, por meios adequados, sua própria conformidade com as respectivas obrigações de proteção de dados pessoais relacionadas aos serviços contratados.
- 17.3. As Partes se obrigam a tratar os dados pessoais a que tiverem acesso em razão do presente Contrato exclusivamente para os fins necessários à sua execução, vedado o tratamento para quaisquer outras finalidades.
- 17.4. As Partes comprometem-se a tratar todos os dados pessoais como confidenciais, exceto se tais dados já forem de conhecimento público sem qualquer contribuição da **CONTRATADA**.
- 17.5. As Partes devem assegurar que o acesso a dados pessoais seja limitado aos empregados, prepostos ou colaboradores que necessitem conhecê-los, na medida estritamente necessária para as finalidades deste contrato, e cumprir a legislação aplicável, assegurando que todos esses indivíduos estejam sujeitos a compromissos de confidencialidade ou obrigações profissionais de confidencialidade.
- 17.6. A **CONTRATADA** se obriga a adotar as medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão.
- 17.7. A **CONTRATADA** compromete-se a auxiliar a **PRODESP** no cumprimento de suas obrigações legais, inclusive em processos judiciais ou administrativos, fornecendo, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, as informações, documentos ou registros relacionados ao tratamento de dados realizado no âmbito deste contrato, sempre que solicitado.

- 17.8. A **CONTRATADA** responderá por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados à PRODESP ou a terceiros decorrentes do descumprimento da LGPD, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a eventual fiscalização exercida pela **PRODESP** durante o acompanhamento da execução contratual.

XVIII – RESCISÃO E PENALIDADES

- 18.1. O contrato poderá ser rescindido na forma, com as consequências e pelos motivos previstos no artigo 81 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da **PRODESP**, sujeitando-se a **CONTRATADA** às penalidades previstas no presente contrato.
- 18.2. No caso de a **CONTRATADA** estar em situação de recuperação judicial, a convalidação em falência ensejará a imediata rescisão deste contrato, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais.
- 18.3. O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes pelo não cumprimento de quaisquer condições ou cláusulas estabelecidas neste instrumento, ficando a parte infratora sujeita, a favor da parte inocente, às perdas e danos correspondentes.
- 18.4. Os casos fortuitos e/ou motivos de força maior serão excludentes da responsabilidade das partes contratantes de acordo com o disposto no artigo 393 do Código Civil Brasileiro.
- 18.5. Pela inexecução total ou parcial do contrato a **PRODESP** poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à **CONTRATADA** as seguintes sanções:
- 18.5.1. Advertência;
- 18.5.2. Multa equivalente a 10% (dez por cento) calculada sobre o valor total do contrato, no caso de rescisão, por culpa ou requerimento da **CONTRATADA**, sem motivo justificado ou amparo legal, a critério da **PRODESP**;
- 18.5.3. Em caso de descumprimento quanto a condição de disponibilização do serviço igual ou melhor que 99,9% (noventa e nove vírgula nove por cento) estabelecida no item 6.1. da Cláusula VI - ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇO e no Termo de Referência – Anexo I, a **PRODESP** poderá aplicar multa sobre o valor do serviço, considerando-se os seguintes critérios:
- a) Atraso de até 30 (trinta) dias, multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia;
 - b) Atraso superior a 30 (trinta) dias, multa de 10% (dez por cento) desconsiderando o previsto no inciso anterior;
 - c) Atraso superior a 60 (sessenta) dias, multa de 15% (quinze por cento) do faturamento no mês ocorrência, cumulativa com o previsto no inciso b, podendo ainda a **PRODESP**, a seu critério, rescindir este contrato, sem prejuízo da aplicação das demais multas previstas nesta cláusula, cumulativamente.

18.5.4. Em caso de atraso injustificado no atendimento, conforme previsto no item 6.2. da Cláusula VI – ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇO e no Termo de Referência – Anexo I, a **PRODESP** poderá aplicar multa sobre o valor do faturamento no mês da ocorrência, considerando-se os seguintes critérios:

- a) Grau de Severidade 1 (S1): multa de 0,40% por hora de atraso;
- b) Grau de Severidade 2 (S2): multa de 0,25% por hora de atraso;
- c) Grau de Severidade 3 (S3): multa de 0,10% por dia de atraso;
- d) As multas previstas neste subitem ficarão limitadas a 10% do valor mensal relativo ao mês da ocorrência, podendo ainda a **PRODESP**, a seu critério, rescindir o contrato sem prejuízo da aplicação da multa prevista no subitem 18.5.2.

18.5.5. Multa equivalente a 5% (cinco por cento) calculada sobre o valor do faturamento do mês da ocorrência, por infringência de qualquer cláusula, condições ou obrigações pactuadas neste contrato, não abrangidas pelas alíneas anteriores. Não havendo faturamento no mês da ocorrência, a multa será de 0,4% (zero vírgula quatro por cento) calculada sobre o valor total do contrato;

18.5.5.1. Em caso de reincidência do descumprimento contratual, a multa estabelecida terá seu percentual acrescido em 50% (cinquenta por cento).

18.5.6. Multa de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, devidamente corrigido pelo IPC-FIPE, para o descumprimento do estipulado na Cláusula XV - CONFIDENCIALIDADE deste contrato, sem prejuízo da cobrança de todos os prejuízos materiais e morais, custas, despesas processuais, honorários advocatícios, correção monetária e demais cominações processuais e legais, pelo ajuizamento da competente ação judicial de perdas e danos contra a **CONTRATADA**.

18.5.7. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **PRODESP**, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

18.6. Ficará a critério da **PRODESP** a aplicação cumulativa ou não das sanções acima.

18.7. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das multas previstas no ato convocatório, após ter sido garantido o exercício do direito de defesa e registradas na plataforma e-Sanções da Bolsa Eletrônica de Compras-BEC.

18.8. As multas previstas neste contrato poderão ser descontadas dos pagamentos devidos ou cobrados da **CONTRATADA**, através de cobrança direta e autônoma, pela via administrativa ou judicial.

18.9. No caso de não existirem pagamentos pendentes, a **CONTRATADA** deverá efetuar a quitação da multa em até 48 (quarenta e oito) horas contadas do recebimento do documento de cobrança respectivo, por meio de depósito bancário, sob pena de, em não o fazendo, sujeitar-se aos procedimentos judiciais cabíveis.

- 18.10. Os valores referentes às multas, indenizações e demais importâncias quando não ressarcidos pela **CONTRATADA**, serão atualizados pelo IPC-FIPE, calculado pro rata dia e acrescido de juros de mora de 12% (doze por cento) ao ano.
- 18.11. Sem prejuízo da aplicação de penalidades, a **CONTRATADA** é responsável pelos danos causados à **PRODESP** ou a terceiros, na forma disposta no artigo 76 da Lei federal nº 13.303/2016, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado.
- 18.12. As partes poderão rescindir o presente contrato, mediante acordo.

XIX – GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

- 19.1. Para garantir o fiel cumprimento de todas as obrigações assumidas no presente contrato, a **CONTRATADA** deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da **PRODESP**, contado da assinatura deste contrato, fornecer garantia de execução contratual equivalente a 5% (cinco por cento) do valor deste Contrato, com validade que abranja todo o período contratual.
- 19.2. A garantia mencionada no item 19.1 será prestada por caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária.
- 19.2.1. A caução em dinheiro deve ser emitida sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
- 19.2.2. Não será aceita carta de fiança emitida por sociedade não registrada como instituição financeira junto ao Banco Central do Brasil, conforme Parecer SubG Cons. Nº 63/2016 da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo;
- 19.2.3. A garantia mencionada nos itens 19.1 e 19.2, deverá ser válida por prazo não inferior à vigência do contrato ou de suas prorrogações, devendo ser providenciada, sempre que necessária, a sua revalidação.
- 19.3. A **CONTRATADA** providenciará complementação da garantia, de forma a manter a equivalência estipulada no item 19.1., no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da assinatura de eventual aditamento que altere o valor deste contrato.
- 19.4. A inobservância do prazo fixado para apresentar a garantia ou a sua complementação, conforme disposto nos itens 19.1 e 19.3 acarretará aplicação de multa prevista na Cláusula XVIII – RESCISÃO E PENALIDADES.
- 19.4.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a **PRODESP** a:
- a. promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas obrigações, ou
 - b) reter o valor dos pagamentos eventualmente devidos ao contratado, até que a garantia seja apresentada.

- 19.4.2. A **PRODESP** devolverá à **CONTRATADA** o valor retido, sem juros, correção monetária, ou qualquer outro acréscimo, em até 10 (dez) dias úteis, após a data de apresentação ou complementação da garantia.
- 19.5. A garantia de execução assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 19.5.1 Prejuízos advindos do inadimplemento total ou parcial do objeto do contrato;
 - 19.5.2 Prejuízos diretos causados à **PRODESP** decorrentes de culpa ou dolo da **CONTRATADA** durante a execução do objeto do contrato;
 - 19.5.3 Multas, moratórias e compensatórias, aplicadas pela **PRODESP** à **CONTRATADA**; e
 - 11.5.4 Obrigações trabalhistas e previdenciárias relacionadas ao contrato **não** adimplidas pela **CONTRATADA**.
- 19.6. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as seguintes:
- 19.6.1. Caso fortuito ou força maior;
 - 19.6.2. Descumprimento das obrigações pela **CONTRATADA** decorrentes de atos ou fatos imputáveis exclusivamente à **PRODESP**.
- 19.7. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída, após a execução de todas as obrigações contratuais, devendo ser atualizada monetariamente na hipótese de caução em dinheiro pelo IPC FIPE – Índice de Preço ao Consumidor ou no caso de sua extinção, pelo índice previsto na legislação estadual aplicável, vigente na data da devolução e calculada desde a data de sua prestação.
- 19.8. A qualquer tempo, a **PRODESP** poderá, justificadamente, exigir a substituição da garantia ofertada, devendo ser atendida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.
- 19.9. A garantia deve assegurar a cobertura de todos os eventos ocorridos durante a sua validade, ainda que o sinistro seja comunicado pela **PRODESP** após expirada a vigência do contrato ou a validade da garantia.

XX - DISPOSIÇÕES FINAIS

- 20.1. O presente contrato é regido pelas suas cláusulas, pelo disposto na Lei federal nº 13.303/2016 e Regulamento Interno de Licitações e Contratos da **PRODESP**, além dos preceitos de direito privado.
- 20.2. O presente contrato, a execução de seu objeto, produtos e/ou serviços não poderão ser cedidos ou transferidos total ou parcialmente, pela **CONTRATADA**, a terceiros estranhos a esta contratação.
- 20.3. A **CONTRATADA**, mediante acordo, poderá anuir na cessão ou transferência total ou parcial deste contrato da **PRODESP** para qualquer de seus clientes e/ou entes em geral, mantidas as condições nele estabelecidas.

- 20.4. O cumprimento das leis federais, estaduais e municipais vigentes, durante a execução dos serviços, correrão por conta da **CONTRATADA**, única e exclusiva responsável pelas infrações que houver.
- 20.5. Qualquer omissão ou tolerância das partes no exigir o estrito cumprimento das cláusulas e condições deste contrato ou no exercer uma prerrogativa dele decorrente, não constituirá renúncia e nem afetará o direito da parte contratante em exercê-lo a qualquer tempo.
- 20.6. As cláusulas deste contrato prevalecerão sempre em relação a qualquer acordo, verbal ou escrito, ajustado anteriormente ou posteriormente à data de sua assinatura, exceto se devidamente demonstrada a divergência entre a vontade das partes e o registrado no contrato, ocasião que se providenciará o devido aditamento para retificação do contrato.
- 20.7. A **CONTRATADA** ficará sujeita à instauração de processo administrativo de responsabilização, nos termos da Lei federal nº 12.846/2013 e do Decreto estadual nº 67.301/2022 sem prejuízo das sanções administrativas previstas nos artigos 83 e 84 da Lei federal nº 13.303/2016, caso incorra na prática de atos que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou que de qualquer forma venham a constituir fraude ou corrupção ao longo da execução deste contrato.
- 20.8. O disposto neste contrato não poderá ser alterado ou emendado pelas partes, salvo por meio de Termo Aditivo.

XXI – ANEXOS

- 21.1. Integram este contrato, os seguintes Anexos:

Anexo I – Termo de Referência (Anexo I do Edital);
Anexo II - Termo de Confidencialidade;
Anexo III - Termo de Ciência e de Notificação – Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;
Anexo IV - Termo de Encerramento e Outras Avenças - Modelo.

XXII - FORO

- 22.1. As partes elegem como foro competente o da Comarca de Taboão da Serra, Estado de São Paulo, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura decorrentes da execução deste contrato.

E, por estarem assim justas e acertadas, as Partes assinam o presente instrumento.

Taboão da Serra, a data de assinatura deste instrumento corresponde a data da última assinatura digital do(s) representante(s) legal(is).

COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP

CONTRATADA

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

(Documento SEI nº.....como se aqui estivesse)

ANEXO II

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE, SIGILO E USO

A **CONTRATADA**, inscrita no CNPJ sob o nº, com sede em, doravante designada Signatário, neste ato representada por, inscrito(a) no CPF sob o nº, aceita as regras, condições e obrigações constantes do presente Termo.

- Redação do preâmbulo do Termo a ser assinado pelos profissionais da **CONTRATADA**, inscrito(a) no CPF sob o nº, doravante designado(a) Signatário, aceita as regras, condições e obrigações constantes do presente Termo.
1. O objetivo deste Termo de Confidencialidade, Sigilo e Uso é prover a necessária e adequada proteção às informações restritas de propriedade exclusiva e/ou sob controle da **PRODESP** reveladas ao Signatário ou por ele acessadas em função da execução do objeto do contrato ____/____.
 2. A expressão “informações restritas” abrange toda informação escrita, oral ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: dados pessoais, técnicas, projetos, especificações, desenhos, cópias, diagramas, fórmulas, modelos, amostras, fluxogramas, croquis, fotografias, plantas, programas de computador, discos, pen drives, fitas, contratos, planos de negócios, processos, projetos, conceitos de produto, especificações, amostras de ideia, clientes, nomes de revendedores e/ou distribuidores, marcas e modelos utilizados, preços e custos, definições e informações mercadológicas, invenções e ideias, vulnerabilidades existentes, outras informações técnicas, financeiras ou comerciais, entre outros.
 3. O Signatário compromete-se a não reproduzir nem dar conhecimento a terceiros, sem a anuência formal e expressa da **PRODESP**, das informações restritas reveladas ou acessadas.
 4. O Signatário compromete-se a não utilizar, de forma diversa da prevista no contrato celebrado com a **PRODESP**, as informações restritas reveladas ou acessadas.
 5. O Signatário deverá cuidar para que as informações reveladas ou acessadas fiquem limitadas ao conhecimento próprio.
 6. O Signatário obriga-se a informar imediatamente a **PRODESP** qualquer violação das regras de confidencialidade, sigilo e uso estabelecidas neste Termo de que tenha tomado conhecimento ou que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo.
 7. A quebra da confidencialidade, do sigilo ou das condições de uso das informações restritas reveladas ou acessadas, por ação ou omissão do Signatário, devidamente comprovada, sem autorização expressa da **PRODESP**, sujeitará o Signatário às consequências legais e sanções cabíveis, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela **PRODESP**, inclusive os de ordem moral, bem como às responsabilidades civil e criminal respectivas, as quais serão apuradas em regular processo judicial ou administrativo.

8. O presente Termo tem natureza irrevogável e irretratável e suas obrigações perdurarão inclusive após o término da vigência do contrato mencionado no item 1 deste instrumento.
9. O Signatário manifesta explícita ciência e se compromete a observar as seguintes normas de segurança, privacidade e proteção de dados da **PRODESP**, cuja cópia recebeu: _____.

E, por aceitar todas as condições e as obrigações constantes do presente Termo, o Signatário assina o presente Termo.

Taboão da Serra, a data de assinatura deste instrumento corresponde a data da última assinatura digital do(s) representante(s) legal(is).

CONTRATADA

ANEXO III

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (Contratos)

CONTRATANTE: Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo – PRODESP

CONTRATADO:

CONTRATO Nº (DE ORIGEM):

OBJETO: Contrato de fornecimento de solução de interconexão dedicada multicloud para integração segura entre o Data Center Prodesp e provedores de nuvem pública

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://doe.tce.sp.gov.br/>), em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2024, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Taboão da Serra, a data de assinatura deste instrumento corresponde a data da última assinatura digital do(s) representante(s) legal(is).

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome:

Cargo:

CPF:

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME:

Nome:

Cargo:

CPF:

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante: **Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP**

Nome:

Cargo:

CPF:

Nome:

Cargo:

CPF:

Pela contratada:

Nome:

Cargo:

CPF:

Nome:

Cargo:

CPF:

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome:

Cargo:

CPF:

GESTOR DO CONTRATO:

Nome:

Cargo:

CPF:

DEMAIS RESPONSÁVEIS:

Tipo de ato sob sua responsabilidade:

Nome:

Cargo:

CPF:

Nota: Modelo publicado no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em 24/05/2024.

ANEXO IV - MODELO

TERMO DE ENCERRAMENTO E OUTRAS AVENÇAS DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE SOLUÇÃO DE INTERCONEXÃO DEDICADA MULTICLOUD PARA INTEGRAÇÃO SEGURA ENTRE O DATA CENTER PRODESP E PROVEDORES DE NUVEM PÚBLICA, QUE FAZEM A COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP E

PRO.MINUTA

Pelo presente termo, de um lado, a **COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP**, com sede no município de Taboão da Serra, estado de São Paulo, na Rua Agueda Gonçalves n.º 240, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 62.577.929/0001-35, doravante denominada simplesmente **PRODESP**, e de outro lado, a _____, com sede na _____, CEP _____, inscrita no CNPJ/MF sob n.º _____, doravante designada simplesmente **CONTRATADA**, representadas neste ato por seus representantes legais ao final designados e assinados, resolvem encerrar o contrato de fornecimento de solução de interconexão dedicada multicloud para integração segura entre o Data Center Prodesp e provedores de nuvem pública, mediante a seguinte cláusula e condições:

I – ENCERRAMENTO E OUTRAS AVENÇAS

- 1.1. As partes, de comum acordo, consideram concluído o objeto do contrato PRO.____ em de de 2....., permanecendo em plena vigência todas as obrigações eventualmente remanescentes, considerando o Termo de Recebimento Definitivo emitido em_...../...../.....
- 1.2. Em decorrência do encerramento do contrato mencionado no item 1.1., as partes dão-se plena, rasa, mútua, recíproca, irrestrita, irrevogável e irretratável quitação dos serviços e valores referentes ao objeto do contrato PRO.____, para nada mais reclamar a qualquer título.

E, por estarem assim justas e contratadas, as Partes assinam o presente termo.

Taboão da Serra, a data de assinatura deste instrumento corresponde a data da última assinatura digital do(s) representante(s) legal(is).

COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO – PRODESP

CONTRATADA

ANEXO IX

REGULAMENTO INTERNO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA PRODESP

Disponível para consulta acessando o endereço eletrônico www.prodesp.sp.gov.br, link Transparência - Governança – Regulamento Interno de Licitações e Contratos – Regulamento Interno de Licitações e Contratos